O Brasil privatizado

Um balanço do desmonte do Estado

BRASIL URGENTE

Nota do Editor

Este volume contém o texto integral da primeira edição desta obra, publicada em abril de 1999. Com morte do autor em julho de 2000, optamos por não fazer qualquer atualização no texto, mantendo-o como na versão original

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Biondi, Aloysio, 1936-2000.
O Brasil privatizado : um balanço do desmonte do Estado / Aloysio Biondi. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

Bibliografia
ISBN 85-86469-15-7

1. Privatização – Brasil I. Título. II. Título: Um balanço do desmonte do Estado. III. Série.

03-4577 CDD-338.9250981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Privatizações: Política econômica: Economia 338.9250981

Aloysio Biondi

O Brasil privatizado

Um balanço do desmonte do Estado

11ª reimpressão

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA
Hamilton Pereira (presidente) – Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora) – Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Flamarion Maués

EDITORA ASSISTENTE
Candice Quinelato Baptista

ASSISTENTE EDITORIAL
Viviane Akemi Uemura

REVISÃO
Priscila Úrsula Santos
Maurício Balthazar Leal

CAPA, PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÕES
Gilberto Maringoni

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Augusto Gomes

FOTO DA CAPA
Jesus Carlos / Imagenlatina

IMPRESSÃO
Bartira Gráfica

1ª edição: abril de 1999
11ª reimpressão: agosto de 2003

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a home-page da Fundação Perseu Abramo
http://www.fpabramo.org.br

Copyright © 1999 by Aloysio Biondi
ISBN 85-86469-15-7

Sumário

Compre você também uma empresa pública 7

Promessas e fatos 8
Por que é tão fácil as privatizadas lucrarem 12
O governo não tinha outro caminho? 20
As contas falsas 23
Para piorar, até abalos no real 24
Adubo para a recessão 27

As estatais, “sacos sem fundo”? 29

A preço de banana, sim 38
Lucros, mesmo sem investir 43
A desmoralização dos bancos estatais 47

Petróleo, um escândalo escandaloso 53

Não verás país nenhum 57

Quadros

O preço de um patrimônio 63
A parte de cada um 64
Como as privatizações aumentaram a
dívida e o “rombo” do governo 65
Quem comprou as estatais 69
Concessionários / Arrendatários 76

Aloysio Biondi

Jornalista econômico, colaborou durante 44 anos com reportagens e análises para jornais e revistas. Começou na *Folha de S. Paulo* em 1956, ocupando o cargo de editor-executivo do caderno de Economia, que o jornal (já) mantinha na época. Ocupou os cargos de secretário de redação da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta Mercantil*. Foi diretor de redação do *Jornal do Comércio* (RJ) e do *Diário Comércio & Indústria* (SP). Também foi editor de economia das revistas *Veja* e *Visão* e editor de mercado de capitais ("pioneiro", em 1969) de *Veja* e do jornal *Correio da Manhã*. Foi diretor editorial do grupo DCI / Shopping News. Ganhou dois Prêmio Esso de Jornalismo Econômico: 1967, revista *Visão*, e 1970, revista *Veja*. Faleceu em julho de 2000, na cidade de São Paulo.

Fontes consultadas

Os dados e informações utilizados neste livro foram extraídos de levantamento amplo, abrangendo principalmente o período 1994 / 1999, do noticiário de jornais diários: *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Serviram ainda de base para as análises as seguintes publicações:

• BNDES – "Privatização na indústria de telecomunicações, antecedentes e lições para o caso brasileiro", de Florinda Antelo Pastoriza, texto para discussão, julho de 1996.

• BNDES – Programa Nacional de Desestatização, relatório do Sistema de Informações, 31 dezembro de 1998.

• Salomon Smith Barney e Morgan Stanley – "Premissas e resultados de avaliação econômico financeira para o sistema Telebrás", junho de 1998.

• Arthur D. Little, Coppers & Lybrand, Deloitte & Touche Corporate Finance, "Avaliação econômico-financeira dos sistema Telebrás – Sumário", 1998.

• Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – "Saiba como querem entregar a Petrobrás sem você ver", co-patrocínio do Comitê de Entidades em Defesa do Patrimônio Público e da Soberania Nacional.

Compre você também uma empresa pública, um banco, uma ferrovia, uma rodovia, um porto

O governo vende baratíssimo. Ou pode doar.

Aproveite a política de privatizações do governo brasileiro. Confira nas páginas seguintes os grandes negócios que foram feitos com as privatizações – "negócios da China" para os "compradores", mas péssimos para o Brasil.

Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma "entrada" de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da "entrada" para grupos brasileiros.

Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o "comprador" pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores.

BP1 - 1c.p65 7 27/11/03, 10:41

Na privatização da rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato – e até abril de 1999 não começara a construção da nova pista.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em "moedas podres" – vendidas aos "compradores" pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos.

Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende "moedas podres" a longo prazo e ainda financia os investimentos que os "compradores" precisam fazer – até a Light recebeu um empréstimo de 730 milhões de reais no ano passado. E, para aumentar os lucros dos futuros "compradores", o governo "engole" dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. Aproveite você também, conheça os detalhes neste livro. E veja, nas páginas 65 a 68, um balanço das contas que o governo está escondendo.

Promessas e fatos

Irritada, tentando há 15 minutos utilizar um orelhão, Maria coloca o telefone no gancho e desabafa:

– Esse demônio só liga em número errado... É o terceiro orelhão com defeito em que estou tentando, e preciso falar urgente com meu filho, que vai sair para a escola...

– É, tá um inferno mesmo – retruca o Zé, no orelhão ao lado. – E olhe que já estou sendo forçado a vir fazer ligações no orelhão porque o telefone lá de casa está mudo há duas semanas... E disseram que tudo ia melhorar com a tal privatização... "Telefone instalado, já, já, até em São José da Tapera". Lembra do anúncio na televisão? Este país...

Diálogos igualmente indignados repetiram-se aos milhares, nas principais cidades brasileiras, nos últimos meses. Não apenas por causa das "telefônicas", hoje tristemente famosas, mas também em razão dos desastrosos "apagões" da Light, da Eletropaulo, do

BP1 - 1c.p65 8 27/11/03, 10:41

"raio de Bauru"... Ou dos postos de pedágios que brotaram como cogumelos nas rodovias de São Paulo, Paraná etc., antes mesmo de as empreiteiras "compradoras" terem executado um único centímetro de pista nova... Ou dos bancos, que fecham agências em cidades onde eram os únicos a atender à população... Ou das ferrovias, que não cumprem metas, mas aumentam os fretes... Ou dos fertilizantes, defensivos, remédios para o gado, antes produzidos no país e agora importados e, por isso mesmo, pagos em dólar pelos agricultores...

Todos esses desastres já criaram a convicção de que o famoso processo de privatização no Brasil está cheio de aberrações. Não foi feito para "beneficiar o consumidor", a população, e sim levando em conta os interesses – e a busca de grandes lucros – dos grupos que "compraram" as estatais, sejam eles brasileiros ou multinacionais. Mas há mentiras ainda maiores a serem descobertas pelos brasileiros, destruindo os argumentos que o governo e os meios de comunicação utilizaram para privatizar as estatais a toque de caixa, a preços incrivelmente baixos.

A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo – e "salvando" o real. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram um "negócio da China" e o governo "engoliu" dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que "compraram" as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil. É o que se pode demonstrar, na ponta do lápis, neste "balanço" das privatizações brasileiras, aceleradas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

BP1 - 1c.p65 9 27/11/03, 10:41

Na surdina, governo garantiu tarifas altas

Houve uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação, verdadeira "lavagem cerebral" da população para facilitar as privatizações. Entre os principais argumentos, apareceu sempre a promessa de que elas trariam preços mais baixos para o consumidor, "graças à maior eficiência das empresas privadas". A promessa era pura enganação. No caso dos serviços telefônicos e de energia elétrica, o projeto de governo sempre foi fazer exatamente o contrário, por baixo do pano, ou na surdina.

Como assim? Antes de mais nada, é preciso relembrar um detalhe importante: antes das privatizações, o governo já havia começado a aumentar as tarifas alucinadamente, para assim garantir imensos lucros no futuro aos "compradores" – e sem que eles tivessem de enfrentar o risco de protestos e indignação do consumidor. Para as telefônicas, reajustes de até 500% a partir de novembro de 1995 e, para as fornecedoras de energia elétrica, aumentos de 150% – ou ainda maiores para as famílias de trabalhadores que ganham menos, vítimas de mudanças na política de cobrança de tarifas menores (por quilowatt gasto) nas contas de consumo mais baixo. Tudo isso aconteceu como "preparativo" para as privatizações, antes dos leilões.

Mas o importante, que sempre foi escondido da população, é que, em lugar de assinar contratos que obrigassem a Light e outros "compradores" a reduzir gradualmente as tarifas – como foi obrigatório em outros países –, o governo garantiu que eles teriam direito, *no mínimo*, a aumentar as tarifas todos os anos, de acordo com a inflação. Isto é, o governo fez exatamente o contrário do que jornais, revistas e TVs diziam ao povo brasileiro, que acreditou em suas mentiras o tempo todo. Além dessa garantia de reajustes anuais de acordo com a inflação, os "compradores" das empresas de energia podem também aumentar preços se houver algum "imprevisto" – como é o caso da maxidesvalorização do real ocorrida no começo de 1999...

E os preços cobrados pelas "compradoras" das telefônicas? Para elas, apesar dos mega-aumentos ocorridos antes da privatização,

BP1 - 1c.p65 10 27/11/03, 10:41

a obrigatoriedade de reduzir as tarifas dos serviços locais – os mais usados pela população, sobretudo pelo "povão" – somente começa a partir do ano... 2001. Ou seja, o governo, na surdina, combinou que as tarifas não deveriam cair em 1998, 1999 e 2000. E tem mais: para esses mesmos serviços locais, a queda máxima "combinada" é de 4,9% no total. Quando? Até 2005. Sete anos depois da privatização, o consumidor só terá 4,9% de redução acumulada. Bem ao contrário do que o governo e os meios de comunicação afirmaram.

Qualidade dos serviços, outra mentira

O governo enganou a sociedade, também, com o anúncio de rápida melhoria na qualidade dos serviços e a promessa de punição para os "compradores" das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos. Utilizando como exemplos, ainda, os setores de energia e telefonia, pode-se comprovar essas mentiras. O governo e os meios de comunicação sempre esconderam que as metas estabelecidas para os "compradores" das telefônicas somente passariam a valer a partir de... dezembro de 1999. Isto é, na prática, os "compradores" poderiam deixar de atender os consumidores, ou não melhorar substancialmente os serviços, durante todo o segundo semestre de 1998 e o ano inteiro de 1999. Por quê?

Como as metas valem somente a partir do ano 2000, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), pretensamente encarregada de fiscalizar o setor, nada poderia fazer contra os abusos, a não ser advertências... Tudo "combinado" com os "compradores".

Foi exatamente essa alegação, a de que as metas valeriam somente a partir de 2000, que a Anatel usou durante quatro meses, de dezembro de 1998 a março de 1999, para não tomar nenhuma providência contra os desmandos da Telefônica em São Paulo. Somente com a imensa grita da população, desta vez merecedora de atenção dos meios de comunicação, o governo finalmente se movimentou e puniu estas empresas, com base na lei que reformulou o sistema de telecomunicações, e havia sido posta de lado nos contratos.

BP1 - 1c.p65 11 27/11/03, 10:41

Há quem acredite na boa-fé do governo e julgue que essas estranhas "bondades" foram provocadas apenas por incompetência... Há quem prefira, porém, a hipótese de que foi tudo um jogo de cartas marcadas, para permitir que os "compradores" adiassem gastos e investimentos para a melhoria dos serviços.

E para a Light e outras empresas fornecedoras de energia elétrica? Aqui, a "bondade" do governo bateu recordes. No caso da Light, o contrato previu – isto mesmo, previu – e autorizou a piora dos serviços, pois permitiu um número maior de blecautes ou "apagões", e também de interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia. Incrível? Pois essa "piora autorizada" foi denunciada antes mesmo da assinatura do contrato com a Light, por uma organização não-governamental do Rio, o Grupo de Acompanhamento Institucional do Sistema de Energia, do qual o físico Luís Pinguelli Rosa é um dos integrantes.

Como se não bastasse, a multa fixada para as empresas de energia que desrespeitarem até os limites "simpáticos" combinados com o governo é absolutamente ridícula. Quanto? Apenas 0,1% do faturamento anual. Ou seja, se a Light ou a Eletropaulo ou a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) faturarem 1,2 bilhão de reais em um ano, a multa será de apenas 1,2 milhão de reais... Deu para entender a jogada? Se as empresas privatizadas deixarem de investir 100 milhões, 200 milhões ou 400 milhões de reais para atender os moradores, as indústrias, as empresas de determinada região ou cidade, pagarão apenas 1,2 milhão de reais de multa... Isso não é multa. É prêmio do governo aos "compradores".

Por que é tão fácil as privatizadas lucrarem

– Ah, mas as estatais sempre dão prejuízos, tiram dinheiro da saúde e da educação... É incrível como essas empresas estão dando lucros, logo no primeiro ano depois da privatização...

Esse argumento também foi largamente repetido para a população. Ele também é falso. Ponto por ponto, pode-se explicar as razões dos "lucros" rápidos das empresas privatizadas:

BP1 - 1c.p65 12 27/11/03, 10:41

• TARIFAS E PREÇOS – os reajustes de 100%, 300%, 500% antes da privatização garantem lucros aos novos donos. E há aumentos até de última hora, como o reajuste de 58% para as contas de energia no Rio, poucos dias antes do leilão da Light.

• DEMISSÕES – também antes de privatizar, o governo tem feito demissões maciças de trabalhadores das estatais, isto é, gastou bilhões com o pagamento de indenizações e direitos trabalhistas, que na verdade seriam de responsabilidade dos "compradores". Exemplos: o governo de São Paulo demitiu 10.026 funcionários de sua empresa ferroviária, a Fepasa, de 1995 a 1998. E ficou ainda responsável pelo pagamento a 50 mil (!!!) aposentados da ferrovia. No Rio, o governo do estado, antes da privatização, incumbiu-se de demitir nada menos que a metade – mais exatamente 6.200 – dos 12 mil funcionários do seu banco, o Banerj. Com essas demissões, além de se livrar do pagamento de indenizações e aposentadorias, os "compradores" receberam também folhas de pagamento mais baixas, mês a mês – e isso vale para quase todas as estatais privatizadas.

• DÍVIDAS "ENGOLIDAS" – esse é um ponto que nunca ficou claro para o povo brasileiro: ao longo de 30 anos, desde o final dos anos 1960, o governo freqüentemente usou as estatais para "segurar" a inflação ou beneficiar certos setores da economia, geralmente por serem considerados "estratégicos" para o país. Como assim? Houve períodos em que o governo evitou reajustes de preços e tarifas de produtos (como o aço) e serviços fornecidos pelas estatais, na tentativa de reduzir as pressões e controlar as taxas de inflação. Esses "achatamentos" e "congelamentos" de preços foram os principais responsáveis por prejuízos ou baixos lucros apresentados por algumas estatais, que passavam a acumular dívidas ao longo dos anos – sofrendo então nova "sangria" de recursos, representada pelos juros que tinham de pagar sobre essas dívidas. Certo ou errado, as estatais foram usadas como arma contra a inflação por governos que achavam que o combate à carestia era a principal prioridade do país. O mal é que nunca foi suficientemente explicado à população que essa decisão arruinava as empresas estatais, dando motivo a falsas acusações de "incompetência" e "sacos

BP1 - 1c.p65 13 27/11/03, 10:41

sem fundo" contra elas. Quando veio a onda das privatizações, o governo fez exatamente o contrário. Primeiro, como visto acima, aumentou os preços (até 300%, no caso do aço) e tarifas (até 500%, repita-se) cobrados pelas empresas que seriam privatizadas. Mas – o que é espantoso – o governo fez muito mais: "engoliu", passou para o Tesouro, dívidas que eram das estatais, bilhões e bilhões de reais que deveriam ser pagos pelos "compradores" – mesmo que esse pagamento fosse feito a longo prazo, mediante acordo com os credores. Exemplos? Na venda da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais (além de o governo paulista ter adiado o recebimento de 400 milhões de reais em ICMS atrasado). Quanto o governo recebeu pela venda? Só 300 milhões de reais. Isto é, o governo "ganhou" uma dívida de 1,5 bilhão reais, e os "compradores" pagaram somente 300 milhões. A venda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda, não foi diferente: o governo "engoliu" dívidas de no mínimo 1 bilhão de reais. Então, pode-se entender que, com essa política, ficou muito fácil para os "compradores" terem grandes lucros rapidamente: já no primeiro ano, além das tarifas e preços majorados, além da folha salarial reduzida, eles se livraram de pagar prestações dessas dívidas, bem como os juros sobre elas. Receberam as empresas "limpinhas", prontas para os lucros. É a essa política que o governo chama de "saneamento das estatais", preparatório para a privatização. Quem não quer?

• DÍVIDAS TRANSFERIDAS – aqui, cabe um parêntese importante. O governo, quando divulga os resultados do processo de privatização, sempre gosta de dizer que, além do preço da "venda", deve-se levar em conta, ainda, as dívidas que aquelas estatais apresentavam, e que foram transferidas para o comprador. Nesse argumento, há uma dupla mentira. Primeiro, como foi demonstrado acima, há dívidas que o governo "engole", e sobre as quais ele e os meios de comunicação nunca falam... Em segundo lugar, no caso das dívidas que permanecem sob responsabilidade dos "compradores", é preciso lembrar que eles vão contar com o faturamento da própria empresa para pagá-las. Ao contrário do governo, que

BP1 - 1c.p65 14 27/11/03, 10:41

fica com as dívidas "engolidas" e tem de pagá-las com dinheiro do Tesouro, dos impostos, ou seja, de toda a população brasileira. Dinheiro nosso.

• FUNDOS DE PENSÃO – exatamente como as grandes empresas privadas, também as empresas estatais mantêm planos especiais de aposentadoria ou planos de pensão para seus funcionários. Em vários casos, os "compradores" ficaram livres também desses compromissos. Como assim? O governo – estados ou União – "transferiu" os aposentados para sua folha de pagamentos ou se responsabilizou, no caso dos fundos de pensão, pelo pagamento dos benefícios aos funcionários existentes. No caso da Fepasa, o número de aposentados que "ficaram" com o governo chega a nada menos de 50 mil. No entanto, o mais escandaloso foi o caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro. Para privatizá-lo, o governo "engoliu" todos os compromissos futuros do plano de pensão dos funcionários. Para isso, o então governador Marcello Alencar tomou um empréstimo de nada menos de 3,3 bilhões de reais, mesmo sabendo que o banco seria vendido por apenas 330 milhões de reais, isto é, um preço dez vezes menor. Pior ainda: esse valor foi pago em "moedas podres", negociadas no mercado com desconto de 50%, ou seja, os 330 milhões de reais representavam mesmo, no final das contas, apenas 165 milhões de reais, ou praticamente 20 vezes menos do que o valor do empréstimo de 3,3 bilhões... Tudo para livrar os "compradores" de futuros gastos. Essa operação escandalosa agravou os problemas financeiros do Rio, como o novo governador, Anthony Garotinho, não se cansa de apontar.

Mais dinheiro nosso para aumentar lucros

Até aqui, foram apontadas algumas das causas dos lucros que as empresas privatizadas apresentam rapidamente, e que a imprensa gosta de elogiar: aumento de preços e tarifas, demissões antes da privatização, dívidas "engolidas" pelo governo, compromissos dos fundos de pensão e das aposentadorias também "engolidos" pelo governo. Mas há outras vantagens incríveis que en-

BP1 - 1c.p65 15 27/11/03, 10:41

gordam os lucros dos "novos donos", sempre à custa do dinheiro do contribuinte, do nosso dinheiro.

• PREJUÍZOS BONDOSOS – existe uma vantagem, sobre a qual nunca se fala, de que desfrutam os "compradores" de bancos estatais – à custa da Receita Federal, do pagamento de impostos. Eles podem utilizar os prejuízos que os bancos estatais "comprados" por eles tenham sofrido nos últimos anos e acumulado nos balanços. Utilizar como? Eles podem "pegar" esse prejuízo e subtraí-lo do seu próprio lucro, reduzindo-o e, portanto, diminuindo também o Imposto de Renda que deveriam pagar. Com esse mecanismo, chamado de "crédito tributário", o banco "comprador" do gaúcho Meridional pode utilizar um prejuízo de 230 milhões de reais (do banco "comprado") em seu benefício. Quanto ele havia pago pelo Meridional? Apenas 267 milhões de reais. Como utilizou os 230 milhões de reais, o seu "gasto" para comprar o banco seria, na verdade, de meros 37 milhões de reais. Quem se interessar por maiores detalhes sobre essas operações deve consultar a magnífica reportagem da jornalista Maria Christina de Carvalho, publicada pela *Gazeta Mercantil* em 17 de novembro de 1998.

• DINHEIRO EM CAIXA – por incrível que possa parecer, há estatais que foram vendidas com "dinheiro em caixa", isto é, dinheiro que os compradores receberam de mão beijada. A Vale do Rio Doce foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa, segundo noticiário da época. Ou, mais inacreditável ainda, simplesmente espantoso: a Telesp tinha nada menos que 1 bilhão (com letra *b*, mesmo) em caixa ao ser entregue à espanhola Telefônica, segundo entrevista do diretor da empresa "compradora" à *Gazeta Mercantil*, em janeiro de 1999, logo após a queda do real. Lembrete: a Telefônica pagou uma entrada de 2,2 bilhões de reais pela Telesp. Descontando-se o dinheiro em caixa, seu desembolso na verdade foi de apenas 1,2 bilhão.

Vendas a prestação

Outro motivo para o aumento dos lucros dos "compradores" (e novos "rombos", se as contas forem bem feitas, para o governo):

BP1 - 1c.p65 16 27/11/03, 10:41

na maioria das privatizações, o valor está sendo pago em prestações, e com juros vergonhosamente baixos, se comparados com as taxas normais no Brasil ou, mais ainda, com as taxas que o governo tem pago sobre sua dívida cada vez mais alta. Na venda das redes ferroviárias, por exemplo, houve uma entrada de 10% a 20% do valor, com prazo, no total, de nada menos de 30 anos. Isto é, nesses três primeiros anos o "comprador" recebe dinheiro, fatura, utilizando o patrimônio formado pelo Estado ao longo de décadas, e nada paga (e atenção: ainda recebe empréstimos do BNDES para "investir"). Mesmo no caso das teles houve parcelamento, cuidadosamente escondido por todo o noticiário: a entrada era apenas de 40%, seguida de duas parcelas de 30% cada, a vencerem daí a um e dois anos, respectivamente. Os comentaristas dos jornais e TVs, ou as reportagens sobre a venda, repisavam o tempo todo que o governo iria receber 13,5 bilhões de reais (preço mínimo pedido no leilão), ou "quatro vezes o valor recebido pela Vale do Rio Doce" (sic). Era mentira. A entrada seria de apenas 5,4 bilhões de reais, ou 40% daquele valor. E, quando as teles afinal foram vendidas por 22,2 bilhões de reais, os meios de comunicação trombetearam o tempo todo que o governo usaria aquela "dinheirama" para reduzir a dívida... Continuavam a esconder que, na verdade, o governo só receberia 40% desse valor – 8,8 bilhões de reais. (De fato, receberia menos ainda, considerando-se que o governo financiaria, por meio do BNDES, 50% da entrada, quando o comprador fosse uma empresa nacional, mesmo que ela fosse apenas participante de um consórcio).

"Moedas podres" e truques...

Nas primeiras privatizações, o governo chegou a aceitar que o pagamento fosse totalmente feito em "moedas podres", isto é, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor. A própria Companhia Siderúrgica Nacional foi "vendida" no leilão por 1,05 bilhão de reais, mas esse valor foi pago em sua quase totalidade, ou 1,01 bilhão de reais, com "moedas podres", com apenas 38 milhões de reais pagos em

BP1 - 1c.p65 17 27/11/03, 10:41

dinheiro. Em outras palavras, foi nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo, que na prática apenas recebeu de volta uma parcela de sua dívida em títulos (exemplo: Títulos da Dívida Agrária, espécie de "promissória", a ser paga ao longo dos anos, entregue a proprietários rurais que tiveram suas fazendas desapropriadas). E os grupos "compradores"? Usaram títulos, que compraram pela metade do preço, para "pagar" ao governo, isto é, na verdade compraram as estatais pela metade do preço anunciado. Há mais surpresas, porém: por incrível que pareça, e o que é geralmente desconhecido pela opinião pública, mesmo "moedas podres" usadas nos leilões também foram vendidas a prestação, financiadas pelo BNDES. Como assim? Era o próprio banco do governo que tinha "moedas podres" guardadas e as colocava em leilão, para os interessados em "comprar" estatais, em condições incríveis: até 12 anos para pagar e com juros privilegiados.

No final das contas: o governo vendeu empresas aceitando "moedas podres" que estavam com o BNDES, que vendeu essas moedas para pagamento em até 12 anos, para os compradores das estatais. Ou ainda: os compradores não precisaram desembolsar dinheiro vivo nem mesmo para comprar as "moedas podres" usadas para pagar o governo... Sem gastar, viraram "donos" de estatais construídas com dinheiro – bilhões de reais – de todos nós, brasileiros, ao longo de décadas...

... e mais financiamentos

Em resumo, o governo está vendendo empresas a prestação, fornecendo "metade" da "entrada" nos leilões, financiando até a "compra" de "moedas podres"... Mas não se contenta com isso. Os felizes "compradores" das estatais brasileiras têm ainda novos presentes à sua espera: o BNDES lhes oferece empréstimos bilionários, depois que eles tomam posse das empresas, para executarem – com dinheiro do banco estatal, logo nosso – os "investimentos" que se comprometeram a fazer. Ninguém se espante: depois do caos nos serviços de energia elétrica no Rio, no começo de 1998, a Light ganhou um empréstimo de nada menos que 730 milhões de

BP1 - 1c.p65 18 27/11/03, 10:41

reais do BNDES. A Companhia Siderúrgica Nacional, comprada com "moedas podres" financiadas, também foi imediatamente presenteada com um empréstimo de 1,1 bilhão de reais do BNDES para execução de um plano de expansão de cinco anos. Tudo, sempre, com juros privilegiados, abaixo dos níveis de mercado. Explicam-se, assim, os rápidos e crescentes lucros dos "compradores" de estatais... Com dinheiro nosso, a baixo custo.

Como aumentar a dívida e abalar o real

Para coroar tudo isso, não se deve esquecer que o governo fez investimentos maciços, bilionários, nos meses que antecederam os leilões de "venda" das estatais. Isto é, com esses investimentos, o governo está criando novas e formidáveis fontes de renda, de faturamento, para os "compradores" – que, assim, já têm garantido um salto fantástico nos lucros, falsamente atribuídos pelos meios de comunicação à sua "eficiência". Exemplos? O governo investiu 4,7 bilhões de reais na Açominas, antes de privatizá-la. Gastou também 1,9 bilhão na CSN.

Telebrás, o escândalo

Mas o caso mais escandaloso de "investimentos para enriquecer os compradores" foi o do sistema Telebrás. Em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimentos em dois anos e meio. Uma "gastança" ainda mais estranha se lembrarmos que naquela época o Brasil já caminhava para a crise, o que forçou o governo a lançar seu primeiro programa de "ajuste fiscal" em fins de 1997 – levando a violentas reduções nos gastos, inclusive nas áreas da saúde, educação, verbas para o Nordeste etc. Com essa "dinheirama", o governo ampliou as redes, instalações, estações, cabos, toda a infra-estrutura do sistema telefônico, deixando tudo pronto para as telefônicas chegarem, puxarem as linhas até a casa do freguês e

BP1 - 1c.p65 19 27/11/03, 10:41

começarem a faturar para seus próprios cofres. Lucros obtidos com dinheiro nosso. Mas, neste Brasil em que a mentira campeia solta, as empresas "compradoras" dizem, e os meios de comunicação repetem, que os problemas surgidos depois da privatização se devem à "falta de investimentos" no período em que elas eram do governo. A mesma mentira repetida, também, pelos "compradores" das empresas paulistas de energia elétrica já privatizadas...

O governo não tinha outro caminho?

A febre da privatização e o impulso ao chamado neoliberalismo tiveram seu ponto de partida na Inglaterra, com a primeira-ministra Margaret Thatcher. Mas mesmo a "dama de ferro" fez tudo diferente do governo Fernando Henrique Cardoso: a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais. Ao contrário: seu objetivo foi exatamente a "pulverização" das ações, isto é, transformar o maior número possível de cidadãos ingleses em "donos" de ações, acionistas das empresas privatizadas. Não foi só blablablá, não. O governo inglês criou "prêmios", incentivos para qualquer cidadão comprar ações: quem não as revendesse antes de certo prazo tinha o direito de "ganhar" determinadas quantias, em datas já marcadas no momento da compra (o sistema se baseava na distribuição de *customer vouchers*, espécie de cupons que eram trocados por dinheiro, nos prazos previstos). Ou ainda: após três anos, os acionistas que tivessem guardado as ações podiam ganhar também "lotes extras" dos títulos, geralmente na proporção de 10% sobre o número de ações compradas. Isto na Inglaterra de Thatcher, nos anos 1980.

Mais recentemente, a Itália também partiu para a privatização. Como na Inglaterra, houve a preocupação de "democratizar", garantir a distribuição do patrimônio nacional, evitar a concentração da renda. Como os italianos não eram tão adeptos de aplicações em bolsas quanto os norte-americanos ou os ingleses, o governo procurou vencer suas resistências com uma fórmula atraente: o comprador de ações, se houvesse queda nas Bolsas ou por

BP1 - 1c.p65 20 27/11/03, 10:41

outro motivo qualquer, poderia receber seu dinheiro de volta, com juros de 3% a 4% acima das taxas do mercado internacional, que ele ganharia se tivesse aplicado em títulos de renda fixa (isto é, que só rendem juros).

Na França, a mesma coisa. Na privatização parcial das empresas de telecomunicações, em 1998, nada menos de 4 milhões de franceses compraram ações, graças aos atrativos oferecidos pelo governo.

Povo duplamente lesado

O governo Fernando Henrique Cardoso implantou as privatizações a preços baixos, financiou os "compradores", sempre alegando não haver outros caminhos possíveis. A experiência de outros países, que a equipe de governo conhecia muito bem, mostra que essa argumentação é falsa. Como foi possível ao governo agir com tal autoritarismo, transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar ao Tesouro? Como explicar a falta de reação da sociedade?

Sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do "esgotamento dos recursos do Estado". Mais ainda: a sociedade brasileira perdeu completamente a noção – se é que a tinha – de que as estatais não são empresas de propriedade do "governo", que pode dispor delas a seu bel-prazer. Esqueceu-se de que o Estado é mero "gerente" dos bens, do patrimônio da sociedade, isto é, que as estatais sempre pertenceram a cada cidadão, portanto a todos os cidadãos, e não ao governo federal ou estadual. Essa falta de consciência coletiva, reforçada pelos meios de comunicação, repita-se, explica a indiferença com que a opinião pública viu o governo doar por 10 o que valia 100. Um "negócio da China" que, em sua vida particular, nenhum trabalhador, empresário, nenhuma família de classe média ou o povão aceitariam. Qual seria a reação de qualquer brasileiro, por exemplo, se um vizinho rico quisesse

BP1 - 1c.p65 21 27/11/03, 10:41

comprar sua casa, que valesse 50 mil ou 100 mil, por 5 mil ou 10 mil? Reagiria violentamente. No entanto, centenas e centenas de bilhões de reais de patrimônio público, isto é, de propriedade dos milhões de brasileiros, foram "vendidos" dessa forma, sem grandes protestos a não ser nas áreas sindicais ou oposicionistas – que, por isso mesmo, tiveram seu espaço nos meios de comunicação devidamente cortado, tornado quase inexistente, nos últimos anos.

A "doação" do patrimônio público empreendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso tem um agravante. O governo poderia ter imitado o modelo de outros países, como dito. Mas havia ainda outro aspecto, no caso brasileiro, que não apenas aconselhava, mas exigia, o caminho da "pulverização" de ações das empresas privatizadas. Qual? O governo já tem dívidas com os trabalhadores, cerca de 50 bilhões a 60 bilhões de reais, representadas pelo dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS / Pasep (Plano de Integração Social / Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público), que o governo usou para financiar projetos diversos. Se todos os trabalhadores brasileiros fossem sacar seu PIS ou FGTS ao mesmo tempo, descobririam que não poderiam receber, porque está "faltando" aquele dinheiro, utilizado pelo governo. Isto é: quando se diz que o governo deve a cada João, a cada Maria, a cada Antônio, a cada Joana brasileiros, não é mera força de expressão. É a pura verdade. O governo poderia ter finalmente pago essa dívida aos brasileiros, entregando-lhes ações das empresas estatais. Essa hipótese existia no governo Itamar Franco, quando o BNDES planejava privatizar as estatais usando "moedas sociais" (ou seja, FGTS, PIS / Pasep). Com a posse de Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, a proposta foi abandonada, para alegria de grupos empresariais.

O trabalhador brasileiro foi duplamente lesado. Continuou vítima do "calote" do governo, no FGTS e no PIS / Pasep. E ficou sem as estatais, das quais já era dono.

BP1 - 1c.p65 22 27/11/03, 10:41

As contas falsas

O governo repete insistentemente que a União e os estados arrecadaram 68,7 bilhões de reais com a venda das estatais, até dezembro de 1998, e que a esse valor é preciso, ainda, somar outros 16,5 bilhões de reais representados pelas dívidas "transferidas" para os compradores, totalizando 85,2 bilhões de reais. Minuciosos, os porta-vozes do governo distribuem até "cálculos", mostrando quanto o governo teria desembolsado, no pagamento de juros, sobre essas dívidas "transferidas". O argumento é um blefe, por vários motivos:

• DÍVIDAS "ENGOLIDAS" – já que o governo "calcula" os juros economizados, por que não calcula também os juros que passou a pagar sobre as dívidas "engolidas"? Quem é sério usa esse critério.

• DÍVIDAS DUPLAS – na verdade, no caso das dívidas "transferidas" o cálculo de "juros" seria um procedimento incorreto. Por quê? Como já dito anteriormente: com as tarifas e preços reajustados, com financiamentos a juros favoráveis, com novos investimentos, as estatais – mesmo se tivessem permanecido nessa condição – também seriam lucrativas. Pagariam suas dívidas. Portanto, ficariam livres dos juros ao longo dos anos. Com a "venda", ocorreu o contrário: o governo ficou sem as fontes de renda e "engoliu" as dívidas e os juros que será forçado a pagar com dinheiro do Tesouro, isto é, do contribuinte. Nosso.

• DIVIDENDOS – tão meticulosos em calcular os juros "economizados", os técnicos do governo se esquecem, muito distraídos, de incluir três outros dados nessas contas. Primeiro: os lucros que as principais estatais sempre apresentaram, e que teriam de ser subtraídos – se os cálculos fossem feitos com honestidade – dos "pagamentos de juros" divulgados pelo governo. Segundo: os dividendos que eram distribuídos ao Tesouro pelas estatais. Terceiro: a valorização futura das ações das estatais nas bolsas.

BP1 - 1c.p65 23 27/11/03, 10:41

Até tu, Malan?

Tudo somado, contas bem feitas mostrariam que as privatizações não reduziram a dívida e o "rombo" do governo. Ao contrário, elas contribuíram para aumentá-los. O governo ficou com dívidas – e sem as fontes de lucros para pagá-las.

Ironicamente, o governo reconheceu isso com todas as letras. Na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI (Fundo Monetário Internacional), inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque... o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam como contribuição para cobrir o rombo até serem vendidas. Pasme-se, mas é verdade.

• JUROS SUBSIDIADOS – não se deve esquecer, finalmente, que juros privilegiados nos empréstimos aos "compradores" representam subsídios, ostensivos ou "invisíveis", por parte do BNDES ou, indiretamente, do próprio Tesouro.

Para piorar, até abalos no real

As privatizações não contribuíram, portanto, para reduzir o "rombo" e as dívidas do Tesouro – totalmente atolado, em 1999, com o pagamento de juros na casa astronômica dos 130 bilhões de reais. Uma quantia impagável, já que é praticamente o valor de todo o orçamento da União em 1999 – excluindo-se a Previdência –, no montante de 160 bilhões de reais. Pior ainda: a política de privatizações tampouco desempenhou o outro papel que se anunciava para ela, a saber, o de criar "novos motores na economia", com a contratação maciça de encomendas nas indústrias do país, graças aos investimentos gigantescos previstos para as áreas de telecomunicações, energia e, em menor escala, ferrovias – além da área petrolífera. Ao contrário: com a conivência e até incentivos do governo, esses setores vêm realizando importações explosivas, "torrando" dólares e ampliando o "rombo" da balança comercial (exportações menos importações). Além disso, os "donos" multinacionais das empresas privatizadas passaram a realizar remessas

BP1 - 1c.p65 24 27/11/03, 10:41

maciças para o exterior, para seus países, seja como lucros, dividendos, juros ou até como pagamento de "assistência técnica" ou "compra de tecnologia" de suas matrizes. Em lugar de ajudar a tapar o "rombo" externo, a privatização o agravou, e de forma permanente. Como? Decisões do governo que dessem preferência ao produtor local poderiam corrigir distorções e levar à redução nas importações. Mas as remessas às matrizes permanecerão. Para sempre.

Importações, o ralo

Antes mesmo das privatizações, o governo elevou os investimentos na área de telecomunicações, de 3,5 bilhões para 7 bilhões de reais por ano, como já visto. Apesar dessas cifras, o faturamento dos fabricantes brasileiros recuou, empresas foram fechadas e o desemprego avançou... Razão da contradição? As grandes multinacionais, já existentes ou atraídas para o setor – e beneficiadas, mais uma vez, por financiamentos do BNDES –, passaram a importar maciçamente. Alguns equipamentos de telefonia chegaram a utilizar 97% de peças e componentes importados – e aparelhos celulares de algumas marcas chegam a utilizar de 85% a 100% de peças vindas do exterior; isto é, são apenas "montados" no país.

Quando preparava a privatização, o governo chegou a acenar com a possibilidade de obrigar as fábricas locais a usarem pelo menos 35% de peças e componentes nacionais. À medida que o leilão se aproximava, porém, o governo foi recuando, rebaixou aquela previsão para 20% de índice de nacionalização e, no final, às vésperas do leilão, descartou qualquer obrigatoriedade de compra de peças nacionais. Estabeleceu, apenas, que o BNDES iria financiar fabricantes do país, quando seus produtos competissem com similares estrangeiros em termos de preço, tecnologia e prazo de entrega. Ao regulamentar a decisão, porém, houve novo recuo governamental: os financiamentos serão concedidos às próprias empresas "compradoras" das teles, que terão liberdade para escolher os fornecedores, mantendo-se a "preferência" pelo produto nacional, dentro das condições expostas acima. Isto é, tudo

BP1 - 1c.p65 25 27/11/03, 10:41

apenas para inglês ver... Resultado: em suas primeiras "concorrências" para a compra de equipamentos, em março de 1999, a Telefônica, compradora da Telesp de São Paulo, não convidou uma única empresa brasileira fabricante de peças e equipamentos para disputar as encomendas. O peso das importações do setor de telecomunicações no "rombo" da balança comercial pode ser avaliado por estes dados: de 1993 a 1998, as compras da área de telecomunicações no exterior aumentaram dez vezes, 1.000%, de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares, deixando um déficit setorial de 2,5 bilhões de dólares.

Esses números, ainda por cima, não retratam o verdadeiro tamanho do "rombo" em dólares provocado pelo setor. Por quê? Há peças e componentes que são classificados como produtos "eletrônicos", embora na verdade se destinem ao setor de telecomunicações. E, nessa área de eletrônicos, o déficit ganhou dimensões assombrosas, chegando aos 8 bilhões de dólares, com a importação de 11 bilhões de dólares e a exportação de 3 bilhões de dólares. Bom notar: o saldo negativo do setor é superior a todo o "rombo" da balança comercial brasileira, de 6,4 bilhões de dólares. Vale dizer: ele é capaz de devorar o valor das exportações e os saldos positivos de outros setores – sobretudo a agricultura... No frigir dos ovos, as privatizações contribuíram para a "torra" de dólares, o "rombo" nas contas externas e conseqüentes abalos nas cotações do real.

Redução pelo avesso

Qual o tamanho da sangria de dólares provocada pelas remessas às matrizes ou fornecedoras localizadas no exterior? O dado (para todos os setores) é assustador: elas passaram de algo entre 600 milhões e 700 milhões de dólares por ano para atingir a faixa dos 7,8 bilhões de dólares em 1998. Um salto de 1.000%, ou dez vezes maior. O mesmo fenômeno ocorreu com o pagamento de "assistência técnica" e "compra de tecnologia" (manobra usada também para remessa disfarçada de lucros às matrizes), que saltou de 170 milhões de dólares para 1,7 bilhão de dólares, de 1993 para 1998.

BP1 - 1c.p65 26 27/11/03, 10:41

Segundo o governo, as privatizações estão trazendo dólares para o país. Na prática, elas criaram saídas fantásticas de dólares, com a ampliação do "rombo" da balança comercial e das remessas para o exterior. Pior ainda: essas sangrias podiam ser parcialmente compensadas se os "compradores" trouxessem capitais deles próprios, tanto para comprar as estatais, no momento do leilão, como depois, para realizar os investimentos previstos para a "privatizada". Nem isso acontece, por incrível contradição da política do governo. Nos próprios leilões, em lugar de capitais próprios, os "compradores" tomam empréstimos lá fora, e esses empréstimos são incluídos na dívida externa do país, engrossando também os juros que o Brasil tem de pagar aos bancos internacionais. É o caso da privatizada Vale do Rio Doce, que tomou um empréstimo de 1 bilhão de dólares do National Bank para participar da compra da Light. Ou, o que é mais esdrúxulo ainda: é o caso da própria Light, já privatizada e com a Vale como uma de suas "donas", que tomou um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares para comprar a Eletropaulo, de São Paulo.

Deve-se lembrar, ainda, que o BNDES, contraditoriamente, passou a financiar parte da "entrada" já nos próprios leilões de compras, além de conceder empréstimos para os projetos executados pelos "compradores". Essa generosidade é uma contradição total por parte do governo, pois evita, mais uma vez, que os "compradores" sejam forçados a trazer dólares para o país.

Os empréstimos de longo prazo para esses projetos das "privatizadas" teriam sido mais vantajosos e menos ameaçadores do que os capitais especulativos, de curto prazo, que o governo procurou atrair na tentativa de "salvar" o real, a taxas de juros escorchantes. O resultado é sabido: "estouro" das contas do Tesouro provocado pelos juros, mais recessão, perda do crédito internacional, mais crise – e acordo com o FMI.

Adubo para a recessão

Implantada com distorções, a política de privatizações acabou por ser um dos fatores da recessão, por diversos caminhos. As

BP1 - 1c.p65 27 27/11/03, 10:41

importações maciças realizadas pelos "compradores" tiveram um efeito mais devastador do que parecia à primeira vista. A compra de peças e componentes no exterior, em substituição à produção local, significou cortes na utilização também de matérias-primas, como plástico, borracha, metais, devastando setores inteiros, fechando fábricas, cortando empregos – isto é, puxando a economia do país para o fosso. Além disso, a própria concentração dos empréstimos do BNDES a esses "compradores" implicou, na prática, em que as demais áreas e centenas de milhares de empresas continuassem às voltas com a falta de crédito. Ou, ainda, submetidos a juros elevadíssimos, enquanto os "clientes" do BNDES desfrutam de taxas baixíssimas, privilegiadas: chegam a apenas um terço dos juros cobrados no mercado.

As distorções dessa política, agravadora da recessão, estão refletidas nas estatísticas divulgadas pelo BNDES, que mostram o salto explosivo nos créditos para o setor de infra-estrutura: eles representaram 48% dos desembolsos em 1998, com 8,2 bilhões de reais sobre o total de 17 bilhões de reais que o BNDES emprestou.

Em resumo: as privatizações agravaram o "rombo" externo e o "rombo" interno. A política de crédito do BNDES agravou a recessão.

BP1 - 1c.p65 28 27/11/03, 10:41

As estatais, "sacos sem fundos"?

No primeiro semestre de 1997, a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Mas seu lucro, naqueles seis meses, deu um salto de 250%, passando para 1,8 bilhão de reais, contra 500 milhões de reais em igual período do ano anterior. Fenômeno similar ocorreu com as empresas de energia elétrica: a lucratividade da Eletrobrás explodiu para 1,5 bilhão de reais, com praticamente 200% de avanço sobre os 550 milhões de reais do ano anterior. Como explicar esses saltos, que desmentem desde já as afirmações repetidas pelo governo FHC e pelos meios de comunicação de que as estatais são um "saco sem fundo", que devoram o dinheiro do Tesouro?

Não houve "milagre" algum. Pura e simplesmente, como já visto anteriormente, o governo havia, finalmente, começado a eli-

BP1 - 2c.p65 29 27/11/03, 10:43

minar o congelamento das tarifas dos serviços das estatais, atualizando-as. Bastou dar início aos reajustes negados durante anos, enquanto a inflação continuava a aumentar os custos das estatais, para a situação se inverter e os lucros dispararem. Sem privatização.

Os prejuízos que o achatamento de tarifas e preços trouxe para as estatais teve efeitos que o consumidor conhece bem: nesses períodos, elas ficaram sem dinheiro para investir e ampliar serviços. Explicam-se, assim, as filas de espera para os telefones, ou as constantes ameaças de "apagões" no sistema de eletricidade. Ou, dito de outra forma: não é verdade que os serviços das estatais tenham se deteriorado por "incompetência". Como também é mentira que "o Estado perdeu sua capacidade de investir", como diz a campanha dos privatizantes. O que houve foi uma política econômica absurda, que sacrificou as estatais.

Além do congelamento das tarifas, houve outra decisão – absolutamente incrível – que prejudicou os investimentos das estatais de todas as áreas. Por incrível que pareça, repita-se, em 1989 surgiu um decreto do presidente da República, nunca revogado, pura e simplesmente proibindo o banco oficial, o BNDE (hoje BNDES), de realizar empréstimos a empresas estatais.

Cancelando a história

Proibir um banco estatal de financiar empresas estatais, de setores vitais para o país, é uma decisão esdrúxula. Mas, no caso do BNDES, chega à beira da insanidade, porque esse banco, como o próprio nome – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (e Social) – diz, foi criado no governo Juscelino Kubitschek exatamente com o objetivo de fornecer recursos para a execução de projetos de infra-estrutura, que exigem desembolso de bilhões e bilhões – e precisam de alguns anos para sua execução. Mais especificamente, dentro da filosofia desenvolvimentista do governo JK, o BNDES disporia de recursos retirados do Imposto de Renda (e outras fontes de "impostos", como o PIS-Pasep), para permitir a construção de usinas hidrelétricas, ferrovias, rodovias,

BP1 - 2c.p65 30 27/11/03, 10:43

portos, sistemas de telecomunicações, enfim, toda a infra-estrutura que o processo de industrialização exigia. Um instrumento estratégico, em resumo, capaz de viabilizar a política de desenvolvimento de longo prazo, incumbido de dar apoio às áreas escolhidas como prioritárias.

É, portanto, incrível que, de uma penada, o governo tenha cancelado o próprio motivo de criação do banco, ao proibir que ele financiasse as estatais, que passaram então a depender de seus próprios lucros – ou de empréstimos internacionais – para a execução de seus projetos. As duas alternativas, obviamente, foram prejudicadas pelo congelamento de tarifas e preços, notadamente nas áreas de siderurgia (aço), telecomunicações e energia. Para os setores em que o governo exerceu menor controle de preços, como mineração e petróleo, os cofres dos banqueiros internacionais continuaram abertos, desmentindo outro mito vendido pela campanha de desmoralização das estatais, a saber, que elas tinham "esgotado sua capacidade de financiamento no exterior". Até hoje, a Petrobrás, mesmo em fases de grave turbulência da economia brasileira, consegue facilmente empréstimos externos. O governo é que a tem impedido de recorrer a essas fontes para acelerar a produção de petróleo; portanto, não é por sua culpa que o Brasil não é auto-suficiente em petróleo até hoje, argumento desonestamente utilizado para abrir caminho à privatização da Petrobrás na surdina, operação já em andamento (veja mais à frente).

Dividendos, mais mentiras

Na campanha contra as estatais, foi insistentemente repetido o argumento de que elas "absorvem" dinheiro do Tesouro e "rendem" muito pouco para ele. Divulgou-se, por exemplo, que a Vale do Rio Doce "rendia" mais para os funcionários do que para o Tesouro (isto é, para toda a população), apontando-se que a quantia que a empresa destinava ao fundo de aposentadoria dos seus funcionários era maior do que o valor pago para o Tesouro, sob a forma de dividendos. O argumento é vergonhoso. Pura má-fé. Por quê? Em primeiro lugar, porque efetivamente é verdade que, para cada 1 real

BP1 - 2c.p65 31 27/11/03, 10:43

de contribuição paga pelos funcionários ao fundo de pensão, a Vale contribuía com o dobro, ou 2 reais. Absurdo? Não. É assim que os fundos funcionam, inclusive para as empresas privadas. E atenção: segundo os dados oficiais, a Vale até contribuía com valores abaixo dos padrões do mercado, pois as empresas privadas costumam desembolsar dinheiro na proporção de 2,70 reais para 1 real dos funcionários, e não de 2 para 1. Não havia nenhum privilégio a "marajás da Vale", como se dizia. Ao contrário.

Mas essa não era, ainda, a principal mentira a respeito dos dividendos. Para entender a manipulação da opinião pública, tome-se o exemplo de qualquer empresa privada com sócios, acionistas – como o Tesouro era da Vale. Suponha-se que ela tem um capital de 1.000 ações, no valor de 1 real cada, ou 1.000 reais no total. Se, no final do ano, a empresa verificar que teve um lucro de 100 reais, o que faz com esse dinheiro? Entrega tudo aos sócios, para que eles façam uma grande farra? Obviamente, não. Os próprios sócios vão querer que, do lucro de 100 reais, a empresa lhes entregue uns 15 ou 20 reais, isto é, 15% a 20%, sob a forma dos chamados dividendos. E os outros 85% ou 80%, isto é, 85 ou 80 reais? Por decisão dos próprios acionistas, as empresas usarão esse dinheiro para novos investimentos, instalações, conquista de mercado. Garantia de crescimento, expansão, lucros cada vez maiores nos anos futuros. Mas como os acionistas vão participar dos resultados dessa evolução da empresa? Os lucros não distribuídos, aplicados, são usados para aumentar o capital da empresa, no caso de 1.000 para 1.080 ou 1.085. Isto é, o acionista passa também a dispor de mais 8% ou 8,5% de ações, que pode guardar e, quando desejado, ou necessário, vender.

Em resumo, o que importa para o acionista é o valor dos lucros totais da empresa a cada ano, e não apenas os dividendos retirados desses lucros. A Vale do Rio Doce, a Petrobrás e as demais estatais agiam exatamente como as grandes empresas privadas, ao menos as bem administradas: entregavam uma parte dos lucros aos acionistas, como o Tesouro, e utilizavam a maior parcela para aplicar em planos de expansão, que rendiam lucros maiores no futuro – além de valorizarem suas ações, se vendidas em Bolsa.

BP1 - 2c.p65 32 27/11/03, 10:43

Os críticos dos "dividendos ridículos" pagos pela Vale ou Petrobrás sabem muito bem de tudo isso. Mentiram à opinião pública, para jogá-la contra as empresas estatais e ganhar apoio para a privatização.

Quem pensa nos pobres?

Na verdade, em lugar de "sugar" o Tesouro, as estatais foram utilizadas, ou "sugadas", pelo Tesouro, para desempenhar funções que na verdade cabiam ao governo. Nesse papel, sua lucratividade também era puxada para baixo. Exemplos? No próprio caso das telefônicas, como apontado em capítulo anterior, o governo sempre teve a preocupação – antes da privatização – de manter preços mais baixos para os serviços utilizados pela maioria da população – como as ligações locais, as fichas dos orelhões –, para beneficiar os brasileiros de menor renda. A mesma coisa para tarifas de energia elétrica e água, mais baixas para as contas de residências com menor consumo. Nessa política de "paga mais quem ganha mais", os serviços utilizados pelos mais ricos (interurbanos, ligações internacionais) pagam preços mais altos, para cobrir parte dos custos ou mesmo dos prejuízos trazidos pelos serviços mais baratos, utilizados pela população mais pobre.

As estatais, portanto, eram utilizadas também como instrumento de maior justiça social, ou "redistribuição de renda", como dizem os economistas. Em outros países, o governo adota a política de preços mais baixos para a população mais pobre, mas é ele mesmo, governo, que "banca" os prejuízos dessa política. Como assim? O Tesouro paga às empresas fornecedoras, mesmo se forem estatais, a "diferença" correspondente à redução dos preços. No Brasil, a população é preponderantemente pobre, e por isso os serviços mais sofisticados – e mais caros –, cujo faturamento deveria ser capaz de compensar ao menos em parte os serviços mais baratos, são proporcionalmente pouco utilizados. Vale dizer: a receita que eles fornecem não é suficiente para assegurar o nível normal de lucros.

BP1 - 2c.p65 33 27/11/03, 10:43

Com a privatização, o governo eliminou – antes mesmo da venda das estatais – os subsídios cruzados nas contas de telefones e de energia. Por isso mesmo, os aumentos mais violentos de tarifas ocorreram para as chamadas locais, ficha telefônica etc. Não há mais tratamento especial para a população mais pobre. Tudo para garantir maiores lucros aos "compradores". Tratamento que as estatais não recebiam.

Ah, a gasolina cara...

De tão manipuladas, chegam a ser revoltantes as críticas à Petrobrás e aos preços da gasolina no Brasil, "os mais altos do mundo", como berram erradamente os críticos. Nunca se diz à população que, ao longo dos anos, a Petrobrás sempre teve direito a uma parcela mínima sobre o preço do litro de gasolina e de outros produtos, com a maior parcela sendo representada por impostos, taxas e, em determinados períodos, até por uma fatia para "baratear o álcool". Para se ter uma idéia da realidade: em outros países, a margem (porcentagem) de lucro das distribuidoras é três vezes maior do que a recebida pela Petrobrás, que se limitava a 9 centavos por litro, quando o litro da gasolina estava a 59 centavos. Mas isso não é tudo. Assim como os subsídios à população pobre reduziam os lucros das teles e empresas de energia, a Petrobrás também pagou o preço de decisões que o governo tomou em favor de outros setores, por considerá-los "estratégicos" dentro da política econômica do momento. Para permitir que a indústria petroquímica nacional tivesse preços capazes de enfrentar a concorrência internacional, por exemplo, a Petrobrás durante longos anos vendeu a nafta, matéria-prima do setor, a preços mais baixos, com um "prejuízo" acumulado que chegou aos 4 bilhões de dólares. Na mesma linha, as siderúrgicas estatais, como CSN, Cosipa, Usiminas, tiveram os preços do aço achatados em até 75%, acumulando imensos prejuízos em seus balanços. Somente quando se preparava a privatização é que o aço teve aumentos de até 300% nos preços. Por que o achatamento? O governo impôs preços mais baixos na venda do aço nacional para

BP1 - 2c.p65 34 27/11/03, 10:43

que as indústrias de automóveis, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos, principalmente, tivessem custos mais baixos e conseguissem exportar, ou evitar importações, trazendo dólares para o país. As siderúrgicas estatais, portanto, também foram utilizadas como arma na guerra para obter dólares (e conter a inflação). Por isso, ficaram arruinadas. É lamentável que os consumidores de aço ou nafta, que foram beneficiados com subsídios das siderúrgicas estatais e da Petrobrás, nunca tenham dito uma palavra para explicar à opinião pública que essa política foi a principal culpada pelos prejuízos das siderúrgicas – e pela menor lucratividade da Petrobrás –, permitindo que a população fosse convencida de que as estatais "sugavam" o Tesouro.

Mais tecnologia, menos marajás

A Petrobrás ganhou títulos mundiais de campeã no desenvolvimento de técnicas para perfurar poços no fundo do mar, em grandes profundidades, quilômetros abaixo da superfície. E, graças a elas, descobriu poços capazes de produzir 10 mil barris de petróleo por dia. Cada poço. Recordes fabulosos que somente são igualados por poços dos países árabes. A Vale do Rio Doce, antes mesmo da sua privatização, já era a maior exportadora de minério de ferro do mundo. E uma de suas empresas subsidiárias, a Docegeo, pesquisou e fez um mapeamento dos minerais existentes no Brasil inteiro. Foi convidada a realizar pesquisas equivalentes em outros países. Graças à sua tecnologia, a Vale do Rio Doce descobriu, em plena selva amazônica, em Carajás, a maior província mineral do mundo, com jazidas não só de ferro, mas de grande variedade de minérios, inclusive ouro...

A Embraer, estatal fabricante de aviões, sempre foi a única indústria aeronáutica – existente em um país menos desenvolvido – fora do circuito dos países ricos, com tradição na área – e capaz de roubar mercado das empresas multinacionais no filão que explora, isto é, a produção de aviões de porte médio. Na área de telecomunicações, a Telebrás mantinha desde os anos 1970 um Centro Tecnológico, em Campinas, responsável por pesquisas que resulta-

BP1 - 2c.p65 35 27/11/03, 10:43

ram na produção de equipamentos com tecnologia de ponta, que fabricantes nacionais passaram a exportar para outros países.

Sobram exemplos como esses para mostrar que são descabidas as afirmações, repetidas na campanha de desmoralização das estatais, de que elas seriam ineficientes e incapazes de desenvolver tecnologia própria. Por que, a despeito do prestígio internacional, se formou essa imagem negativa aqui dentro? Um dos principais motivos foram, certamente, as falhas e a deterioração dos serviços de telefonia e energia elétrica, exatamente aqueles com os quais o público tem contato direto. Uma deterioração que nada teve a ver com a deficiência tecnológica e, sim, com as políticas equivocadas de governo, que trouxeram prejuízos e limitações financeiras às estatais, como visto antes. Mas que foi largamente explorada na manipulação da opinião pública.

O falso "inchaço"

Os meios de comunicação sempre martelaram a tecla de um suposto número excessivo de funcionários, tanto na máquina do governo como nas estatais – agravado, ainda, pela existência de "marajás" e salários altíssimos. O próprio ministro Bresser Pereira, quando à frente da pasta da Administração e Reforma do Estado, insistiu nessa tese, durante longos meses, como argumento para a implantação da célebre "reforma administrativa", uma arma para acelerar o desmantelamento do Estado. Subitamente, após um cadastramento do funcionalismo, Bresser Pereira foi forçado a reconhecer publicamente o óbvio: o número de funcionários públicos no Brasil é, na verdade, baixo (fato previsível, diante da escassez ou mesmo inexistência de serviços públicos essenciais para atendimento da população, no país). Pode até haver distorções em algumas áreas, e certamente elas existem, mas nesse caso o problema deveria ser atacado com medidas específicas, e não com uma "guerra" desmoralizante contra todo o funcionalismo – e o Estado. O remanejamento de funcionários, adotado de forma leviana e irresponsável no governo Collor, seria uma saída a ser reconsiderada.

BP1 - 2c.p65 36 27/11/03, 10:43

A caça aos marajás

O mesmo raciocínio se aplica aos célebres "marajás", existentes também entre os aposentados, funcionários ou não. Sabe-se que são casos excepcionais, um número mínimo em relação ao total de funcionários da máquina governamental ou das estatais, e resultantes de brechas da lei – ou de abusos, em fases de administração "permissiva". Em qualquer dos casos, a correção das aberrações certamente teria apoio das próprias entidades sindicais ou representativas dos funcionários públicos ou de estatais, que, inversamente, jamais poderiam concordar com o assalto generalizado contra os direitos do universo dos trabalhadores. Mas o governo preferiu essa última opção.

A ofensiva contra os pretensos "marajás" registrou episódios cômicos, e bastante ilustrativos da falsidade dos argumentos do governo. No começo do governo FHC, chegada a hora de formar a equipe de técnicos de determinado nível para a máquina oficial, "descobriu-se" ser impossível recrutá-los porque os salários na área oficial eram muitíssimo inferiores aos pagos por empresas privadas. O governo decidiu então criar cargos de assessores especiais, com salários diferenciados e, para não ser acusado de estar criando "marajás", mexeu como sempre os seus pauzinhos. Entregou a uma revista de circulação nacional tabelas e informações sobre salários governamentais, comparados com os salários, para as mesmas funções, pagos por bancos e empresas privadas, com diferenças, para mais, de 100% a 200%. A revista não teve dúvidas: divulgou o material em página dupla. Mas revista e governo foram incapazes de reconhecer, para o público, que a existência de marajás é uma exceção, e que o funcionalismo é, em sua imensa maioria, pessimamente remunerado. Da mesma forma que poderia ter reconhecido, também, que o problema enfrentado pelo governo para recrutar especialistas, a questão salarial, existe para empresas estatais. É óbvio que elas precisam valer-se de salários equivalentes aos da iniciativa privada para não perderem "cérebros" em cuja formação investiram e que, em alguns casos, são realmente indispensáveis.

BP1 - 2c.p65 37 27/11/03, 10:43

Seria ingênuo tentar negar que, como em qualquer área da economia, há distorções em algumas estatais, em termos de número de funcionários ou mesmo vantagens (14º e 15º salários, por exemplo) que não estão ao alcance da massa de trabalhadores. No entanto, em lugar da campanha difamatória contra as estatais, abrindo caminho para a privatização, haveria toda uma gama de reestruturações e mesmo reformas (reais) a serem debatidas e implantadas. O governo fez a sua opção, sem diálogo. O país perdeu com a privatização.

A preço de banana, sim

O falecido ministro Sérgio Motta previa que a privatização do sistema Telebrás, isto é, das empresas telefônicas de todo o país, renderia 35 bilhões de reais ao governo. Com a aproximação dos leilões, e com base em estudos feitos por empresas de consultoria internacionais, o governo acabou pedindo um preço mínimo quase três vezes menor, ou 11,2 bilhões de reais – que, depois, por motivos que veremos adiante, foi aumentado para 13,5 bilhões de reais. Além de muito distante do dinheiro gordo previsto pelo então ministro Sérgio Motta, esse valor representaria o recebimento imediato de apenas 5,4 bilhões de reais, já que a entrada estava fixada em 40% do valor total. No final das contas, as teles foram compradas com ágio e renderam 22,2 bilhões, com uma entrada de 8,8 bilhões de reais (os 40%). O preço ficou nada menos de 13 bilhões abaixo da cifra acenada pelo antigo ministro das Comunicações. Mas há detalhes ainda mais duvidosos na privatização das teles, como os investimentos feitos pelo governo a partir de 1996 no sistema e os "erros" nos cálculos dos preços cometidos pelas consultorias internacionais, e oficialmente reconhecidos. A venda da Telebrás é apenas um dos exemplos das perdas que teve o país com as privatizações.

BP1 - 2c.p65 38 27/11/03, 10:43

Subtrair, subtrair...

Em 1996 e 1997, já decidida a privatização, o governo investiu 16 bilhões reais no sistema Telebrás e, somente no primeiro semestre de 1998, às portas do leilão realizado em julho, mais 5 bilhões de reais. No total, 21 bilhões de reais, praticamente mais de duas vezes e meia (250%) os 8,8 bilhões de reais recebidos de entrada pela sua privatização.

Há mais, porém. O sistema Telebrás, graças ao descongelamento rápido das tarifas e à expansão do número de linhas e serviços trazidos por aqueles investimentos do governo, apresentou faturamento e lucros crescentes, que chegaram aos 4 bilhões de reais em 1997 – e pela lógica continuariam a crescer nos anos seguintes. Além disso, não se pode esquecer o cálculo do retorno que o governo poderia obter sobre esse dinheiro aplicado nas teles: mesmo a juros médios de 20% ao ano, baixíssimos em relação ao padrão brasileiro naquele período, os 21 bilhões gastos pelo governo deveriam render aproximadamente 9 bilhões de reais nos mesmos 30 meses.

E os demais investimentos realizados ao longo de décadas, antes de 1996, para formar o patrimônio da Telebrás? Não entram no preço da venda? Não. É isso que a maioria dos brasileiros não entendeu até hoje – e por isso aceita passivamente a entrega das estatais aos preços anunciados. *O preço de venda das estatais não leva em conta o patrimônio que elas acumularam*, o critério é outro: simplificadamente, calcula-se todo tipo de faturamento que a empresa poderá ter nos próximos anos: desse faturamento, subtraem-se as despesas previstas (para a empresa operar, funcionar), levando-se em conta, ainda, os juros que o "comprador" deveria receber, ao longo desses mesmos anos, sobre o capital aplicado.

Em lugar do valor dos bens que a empresa acumulou, levam-se em conta os lucros que ela deve oferecer ao longo de determinados períodos: no caso da Telebrás, de dez anos, de 1998 a 2007. O fato é que os preços recomendados por essas consultorias, geralmente multinacionais, sempre provocaram críticas, por serem

BP1 - 2c.p65 39 27/11/03, 10:43

considerados excessivamente baixos. A Rede Ferroviária Federal, por exemplo, teve uma avaliação absurdamente baixa, de apenas 33% do valor apontado por técnicos, isto é, seu preço mínimo deveria ter sido aumentado em 200%. O exemplo da Telebrás mostrou que as críticas são plenamente justificáveis, com critérios – e até erros – absolutamente inexplicáveis.

Os erros inaceitáveis

O "fluxo de caixa descontado" – como dizem os técnicos – que o sistema Telebrás poderá oferecer em dez anos foi calculado em 90 bilhões de reais pelas consultorias escolhidas, já considerado baixo diante de previsões iniciais que apontavam para valores de até 120 bilhões de reais. Não bastasse isso, elas sugeriram que, desse valor, fossem subtraídas despesas "novas" que, segundo diziam, os "compradores" passariam a ter. Dessa forma, o preço das teles ficaria em meros 11,2 bilhões de reais... Foram nada menos de 24% de desconto – ou um quarto do "valor" do fluxo – para as teles do sistema de telefonia fixa e incríveis 65% – ou dois terços do valor – para a telefonia celular... Mesmo com a onda de protestos, o Planalto recusou-se a determinar novos estudos, "para não atrasar os leilões". Fez algumas contas "de chegar", e elevou de 11,2 bilhões de reais para 13,5 bilhões de reais o preço mínimo para a compra do bloco de 19,24% das ações, que asseguravam o controle das empresas. Enterrou, assim, qualquer debate.

Afinal, que descontos foram sugeridos pelas consultorias? É preciso relembrar que, para as privatizações, o governo previu que haverá sempre duas empresas concorrentes operando em cada região, tanto para os celulares como para a telefonia fixa, a fim de assegurar um clima de competição permanente. Com essa concorrência, argumentaram as consultorias, haveria várias transformações no mercado, capazes de reduzir o faturamento e o lucro dos "compradores", destacando-se os "gastos com comercialização", isto é, basicamente comissões pagas sobre vendas e propaganda, e perda de *market share*, isto é, de uma parcela do mercado, para novos concorrentes.

BP1 - 2c.p65 40 27/11/03, 10:43

A redução de preços proposta pelas consultorias por causa dessas mudanças foi claramente exagerada. Para a comercialização, um abatimento de 6% e 13%, respectivamente, para as telefonias fixa e celular. E para o chamado, pedantemente, *market share*? Um desconto – sobre todo o valor da empresa – de nada menos que 13% no caso da telefonia fixa, e de 30% para os celulares. Somados todos os descontos, como se disse, os preços mínimos de venda, com base no "fluxo de caixa", foram reduzidos em generosos 24% para a telefonia fixa e incríveis 65% para a telefonia celular...

As distrações imperdoáveis

Os critérios utilizados para propor os descontos já eram intrigantes. Além deles, porém, houve erros oficialmente reconhecidos e que certamente resultaram em bilhões de prejuízos para o Tesouro – os contribuintes –, "fazendo a festa" para os compradores:

• COMERCIALIZAÇÃO – parece incrível, mas é verdade. As consultorias incluíram nos cálculos o aumento de despesas com comercialização. Mas se "esqueceram" de incluir nas contas as receitas, isto é, o faturamento que os compradores terão com a venda de milhões e milhões de linhas – sobre a qual, exatamente, serão pagas as comissões.

• PARTICIPAÇÃO NO MERCADO – o segundo erro é ainda mais escandaloso. As consultorias calcularam que as novas concorrentes, que entrarão futuramente no mercado, obviamente vão abocanhar uma fatia desse mercado, que era dominado em 100% pelas empresas estatais até a privatização. Até aí, tudo óbvio. Mas a proposta de descontos, por causa da concorrência e da perda de *market share*, é absolutamente descabida. Por quê? Os próprios estudos das consultorias prevêem, por exemplo, que no caso da telefonia fixa o mercado crescerá nada menos que 265%, isto é, quase quadruplicará, até 2007. Então, atenção: mesmo que as novas teles concorrentes fiquem com 20% do mercado e as "antigas", privatizadas, "recuem" para 80%, isto não significará que irão perder clientes

BP1 - 2c.p65 41 27/11/03, 10:43

e, portanto, receita e lucros. Ao contrário. Se o mercado crescer 265% e elas ficarem com 80% desse novo total, as teles antigas também estarão crescendo violentamente: nada menos que 195%; ou seja, sua clientela praticamente triplicará. Em lugar de propor abatimentos por causa da "perda de fatia de mercado", as consultorias deveriam ter proposto preços maiores para as teles, já que elas continuarão com lucros crescentes em um mercado em expansão.

Governo com pressa

O governo não descobriu esses "erros"? Descobriu, sim. Nos dias que antecederam ao leilão das teles, uma colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* – bastante relacionada com a equipe econômica – foi interpelada por um empresário-leitor que havia tido, na época, acesso aos estudos das consultorias. A colunista, porta-voz habitual do governo, foi forçada a admitir que realmente as consultorias tinham se "esquecido" de incluir as receitas nas contas. Mas, alegava, isso era "facilmente corrigível". Quem pensou em novos estudos errou. O governo saiu pela tangente, com o aumento simbólico de 11,2 bilhões para 13,5 bilhões de reais – citado anteriormente –, para o preço mínimo do bloco de controle de 19,24% das teles.

À primeira vista, a pressa do governo teria até uma explicação. Desde maio de 1998, os banqueiros e investidores internacionais já estavam fugindo, cortando o crédito, do Brasil, e o real caminhava para a desvalorização. Os leilões da Telebrás, a toque de caixa, eram uma forma de captar dólares e reais, mesmo que em quantidades abaixo do preço justo, e permitir que o governo mantivesse a ilusão do real até a reeleição. Prevaleceu a política de vender as estatais a preços de banana, com a "torra" de um patrimônio de 120 bilhões de reais. Mas o preço baixo da Telebrás não foi uma exceção.

BP1 - 2c.p65 42 27/11/03, 10:43

Lucros, mesmo sem investir

O consórcio que arrendou o Tecon-1, gigantesco terminal – o maior do país – para a movimentação de contêineres no porto de Santos, um ano depois festejava os ganhos obtidos. Os "compradores" ofereceram um ágio de 170% sobre o preço calculado e pedido pelo governo, e por isso desembolsaram uma entrada de 200 milhões de reais. Mesmo assim, àquela altura já estava claro que o retorno sobre essa "entrada" seria obtido em três anos, e não em sete, como previsto. Motivo da lucratividade acima das previsões? Grandes investimentos? Não. Os compradores deveriam, segundo o governo, gastar 130 milhões de reais imediatamente. Mas não foi preciso desembolsar nada: "Precisamos apenas alugar umas cinco ou seis empilhadeiras", confessou o porta-voz do consórcio. Vale dizer, o terminal não estava sucateado, nem precisava de gastos urgentes com equipamento – eterno pretexto para "vender" as estatais a preços incrivelmente baixos. Uma invencionice que ficou plenamente evidente também no caso da Malha Oeste, com as recentes notícias de que os investimentos necessários a cargo do consórcio não irão além de 30 milhões de reais em seis anos, ou meros 5 milhões por ano, contra a cifra inicial, de 90 milhões de reais em cinco anos, ou 18 milhões por ano, anunciada à época do leilão. E mais: assim como faz com outros "compradores" de estatais, o BNDES concedeu um empréstimo ao consórcio, de 10 milhões de reais... ou o equivalente ao dobro de investimentos por ano previstos para o consórcio. É essa a rotina: os "compradores" acabam recebendo, muitas vezes, empréstimos superiores à própria "entrada", ou ao próprio preço "pago" pela estatal. A conclusão mais importante dos erros sobre as necessidades de investimentos dos "compradores" se refere aos próprios cálculos de preços fixados para as estatais. Há os investimentos que não são feitos. E há um sem-número de fontes de "lucros invisíveis" que, se incluídos nos cálculos, teriam aumentado os preços das estatais, isto é, reduzido os prejuízos do Tesouro, dos contribuintes, do país. Veja alguns exemplos:

BP1 - 2c.p65 43 27/11/03, 10:43

BANCOS – os preços de "venda" têm sido ridículos. O Banerj, como já dito, foi comprado por 330 milhões de reais – e o governo do estado tomou um empréstimo de 3,3 bilhões de reais para arcar com o fundo de pensão. Há mais, porém. Outras fontes de lucros foram asseguradas para o "comprador": "monopólio", durante cinco anos, das contas dos funcionários públicos, recebimentos de impostos e contas em geral do governo estadual. Mercado cativo. Lucro garantido.

ENERGIA – as empresas distribuidoras, como a Light e a Eletropaulo, distribuem energia gerada por empresas estatais. À época da privatização, compravam a 30 reais o megawatt-hora e o vendiam a 84 reais.

ENERGIA, AINDA – dividindo-se o valor pago nos leilões pelo faturamento obtido com a venda de energia, pode-se saber quanto o "comprador" pagou por gigawatt-hora que vai fornecer. No leilão da Escelsa, apenas 111 reais; na Light, ainda modestos 179 reais; na venda da CPFL, 240 reais. Bem distante do padrão de 400 reais que se esperava.

REDE FERROVIÁRIA – o governo previa, inicialmente, arrecadar 4 bilhões de reais. Vendeu todas as malhas – a prazo – por aproximadamente 1,4 bilhão de reais. Investimentos previstos pelos "compradores" para a recuperação de 400 locomotivas: 240 milhões de reais. Em 20 anos. Ou 12 milhões de reais por ano. Tostões.

VALE DO RIO DOCE – às vésperas do leilão, foi confirmada a descoberta de imensas jazidas, inclusive de ouro, ainda não devidamente estudadas ("medidas") pela empresa e que ficaram fora do preço fixado. Solução do governo, para não adiar o leilão: emissão de títulos (debêntures), garantindo que, quando essas jazidas entrassem em exploração, o Tesouro participaria dos lucros resultantes da produção de minério. Solução aceitável? Não. O governo participará só dos lucros. Não participará do aumento do valor do

BP1 - 2c.p65 44 27/11/03, 10:43

patrimônio da Vale – e conseqüente valorização das ações da empresa resultante das novas jazidas.

EMPRÉSTIMOS ANTIGOS – os lucros dos "compradores" podem ser aumentados também com a liquidação de empréstimos contraídos pelas estatais, para execução de grandes projetos no passado. A própria Vale do Rio Doce hoje anuncia lucros acima de 1 bilhão de reais. Mas a façanha tem explicações. Em 1996, por exemplo, a Vale pagou nada menos de 550 milhões de dólares em amortização e juros sobre empréstimos tomados para o "fantástico" Projeto Carajás, e mesmo assim lucrou 338 milhões de reais. Somadas, as duas cifras mostram um resultado na faixa dos 900 milhões de dólares. Em 1998, haveria apenas 72 milhões de juros e amortização, da mesma operação, a pagar. Mais lucro para o "comprador".

ATIVIDADES PARALELAS – sabia-se, havia muitos anos, que as empresas de telecomunicações – o setor de crescimento explosivo no mundo, neste final de milênio –, quando fossem expandir suas redes, procurariam "alugar" infra-estruturas existentes, para reduzir custos. Mais claramente: procurariam, para suportar sua fiação, aproveitar as redes de energia elétrica (e mais: redes de ferrovias eletrizadas, gasodutos etc.). Essa fonte de renda extra deveria ter sido incluída nos preços das distribuidoras de energia elétrica, ou mesmo da Rede Ferroviária Federal etc. Não foi. Agora, os "compradores" já estão faturando com o aluguel... Mais lucro "imprevisto".

ESTOQUES – as estatais são obrigadas, por lei, a realizar licitações para a compra de materiais de todos os tipos, sejam blocos de anotações nos escritórios ou equipamentos para usinas. Por isso mesmo, diante do prazo exigido pelas licitações, as estatais mantinham estoques em níveis elevados, como medida de segurança contra eventuais demoras e conseqüente falta de material, prejudicial a seu funcionamento. Freqüentemente, os "compradores" de estatais proclamam que aumentaram seus lucros, de imediato, porque reduziram os estoques – já que podem comprar rapida-

BP1 - 2c.p65 45 27/11/03, 10:43

mente, sem licitação; isto é, venderam estoques em que as estatais tinham imobilizado grandes somas de dinheiro... Interpelada por não estar realizando compras, a Telefônica de São Paulo, por exemplo, alegou que somente no segundo trimestre de 1999 seus estoques estariam chegando ao fim e, portanto, exigindo reposição. Como o leilão de venda da Telesp ocorreu em julho, isto significa que a antiga estatal teria deixado um estoque para nada menos de oito meses... Quantas centenas de milhões de reais foram então presenteados aos "compradores"?

AS TELES, AINDA – estudos adotados pelo BNDES afirmavam que o Brasil precisaria investir 8,2 bilhões de reais por ano para modernizar seu sistema de telecomunicações, estendendo-o a toda a população (a tal "universalização"). As dimensões gigantescas desses investimentos foram, inclusive, um dos argumentos utilizados em defesa da "privatização". Alegava-se que o governo não teria condições de desembolsar tal volume de recursos (ver a publicação "Privatização na indústria de telecomunicações: antecedentes e lições para o caso brasileiro", de Florinda Antelo Pastorize, editada pelo BNDES em julho de 1996). No entanto, os estudos das consultorias contratadas para calcular o preço de venda do sistema Telebrás prevêem a necessidade de investimentos muito inferiores, a saber, 50 bilhões de reais em dez anos (1998 a 2007); e nesse total já foram incluídos – marotamente – os 5 bilhões de reais aplicados pelo governo em 1998. Restariam aos compradores, assim, investimentos de 45 bilhões de reais em nove anos, ou 5 bilhões de reais por ano, contra a previsão de 8 bilhões do mesmo BNDES... Conclusões: confirma-se que os investimentos maciços de 7,5 bilhões e 8,5 bilhões de reais em 1996 e 1997, mais os 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, foram um presente para os "compradores", que receberam sistemas ampliados e capazes de gerar lucros bem maiores – e muito mais rapidamente. Em conseqüência, os preços das teles deveriam ter sido maiores.

BP1 - 2c.p65 46 27/11/03, 10:43

Está melhorando?

A política de vender as estatais a preços de banana não está sendo abandonada. Ao contrário. Basta lembrar que, no começo de 1999, houve o leilão das concessões das "empresas espelho" para a telefonia, isto é, para a escolha das empresas que vão concorrer com as ex-estatais. O governo previa um preço mínimo de 1,25 bilhão de reais. Apurou um décimo, ridículos 125 milhões. E bateu o martelo. Bom para os "compradores".

A desmoralização dos bancos estatais

O presidente da República, em pelo menos duas grandes concentrações de agricultores, reconheceu publicamente uma distorção que é sabida até por crianças do interior: os bancos privados não fazem empréstimos, a não ser em escala quase nula, aos produtores rurais. Quem desempenha esse papel – hoje de forma insatisfatória, por orientação da equipe econômica? O Banco do Brasil e bancos estaduais como o Banespa (Banco do Estado de São Paulo), regionalmente. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio reconhece, também publicamente, que os bancos privados não querem fazer empréstimos para as pequenas e médias empresas – mesmo quando o dinheiro a ser aplicado não é deles, mas mero repasse de recursos do BNDES (que só empresta a grandes grupos, confiando as operações pequenas, chamadas de "varejo", a bancos privados). No mesmo tom, a Câmara de Comércio Exterior do governo reclama, igualmente, que as exportações não crescem porque os bancos privados não querem financiar as vendas externas das pequenas e médias empresas. Moral da história: do presidente da República a ministros e funcionários do primeiro escalão, há o reconhecimento generalizado de que os bancos privados se recusam a atender determinadas áreas, reforçando assim a necessidade de o governo dispor de bancos oficiais, que assumam funções necessárias ao alcance de metas ou superação de problemas do país e da sociedade. Mesmo assim, em contradição total, o governo Fernando Henrique Car-

BP1 - 2c.p65 47 27/11/03, 10:43

doso insiste na privatização dos bancos estaduais e prepara a privatização do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Houve uma tentativa, do próprio presidente da República, de negar esses planos. Mas ele foi vexatoriamente desmentido pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, que cometeu a inconfidência – em reunião com banqueiros internacionais – de anunciar as privatizações da CEF e do BB (uma inconfidência explicável: Camdessus quis mostrar aos banqueiros internacionais que o governo FHC obedece às ordens do FMI, para convencê-los a restabelecer o crédito para o Brasil...).

Mais uma vez, para conquistar apoio da opinião pública à privatização, o governo alega que o Banco do Brasil e o Banespa estão "quebrados", os demais bancos estaduais idem, e que a Caixa Econômica Federal apresenta elevados índices de inadimplência nos contratos habitacionais, "exigindo uma administração não sujeita a influências políticas" etc. Tudo falsificação da verdade.

Delenda *Banco do Brasil*

A desmoralização do Banco do Brasil perante a opinião pública foi uma das "operações de manipulação" mais maquiavelicamente montadas pelo governo FHC. Em entrevista coletiva, com a presença de vários ministros, anunciou-se um prejuízo recorde para o Banco do Brasil, previsto para 6 bilhões de reais somente no primeiro semestre de 1996, e a necessidade de o governo injetar 8 bilhões de reais no banco, para que ele se enquadrasse nas normas em vigor em todo o mundo. Qual a verdade? A equipe econômica "fabricou" o prejuízo. Decidiu lançar como dinheiro perdido no balanço do BB todo e qualquer empréstimo em atraso, mesmo que este atraso fosse de apenas um dia. Qual a manobra? Pelas regras do Banco Central do Brasil (BC), somente devem ser considerados "créditos de liquidação duvidosa" os empréstimos já vencidos e não pagos há mais de dois meses... A equipe, repita-se, lançou como prejuízos empréstimos com até um dia de atraso... Não se contentou com isso. Meses mais tarde, resolveu lançar como prejuízo, falsificando novamente os balanços do Banco do Brasil,

BP1 - 2c.p65 48 27/11/03, 10:43

até mesmo os créditos ainda não vencidos, isto é, obviamente sem atraso – mas que podiam ser considerados (pela equipe econômica...) de "má qualidade", isto é, que "talvez, quem sabe, não venham a ser pagos...".

Além disso, mesmo com os prejuízos "inventados", o Banco do Brasil poderia apresentar lucros naqueles balanços. Como assim? Naquele mesmo momento da operação "destruição do BB", o governo federal devia nada menos de 7,2 bilhões de reais ao banco, relativos a apenas duas operações (isto é, sem relembrar outras): 5,5 bilhões de títulos da dívida externa que o BB havia sido obrigado a comprar, já vencidos, e 1,7 bilhão de reais em títulos federais, utilizados por grupos privados para "comprar" a Acesita, siderúrgica que "pertencia ao BB" e deveria, portanto, ter recebido o dinheiro ou os papéis, que, no entanto, ficaram para o governo.

A CEF, uma lixeira

Tanto quanto o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal também foi utilizada, ao longo dos anos, para resolver problemas que eventualmente afetassem a economia. Uma utilização muitas vezes de interesse da sociedade mas que, inevitavelmente, reduzia a lucratividade da instituição. No governo FHC, no entanto, a CEF tem sido utilizada para aumentar os lucros dos bancos privados, vergonhosamente obrigada a "engolir" bilhões e bilhões de prejuízos que, na prática, seriam dos banqueiros. Como? Na quebra do Banco Econômico, por exemplo, a CEF "comprou" a carteira imobiliária, isto é, os contratos de financiamento da casa própria que o Econômico havia concedido. Valor: 1,7 bilhão de reais. Na quebra do Bamerindus, a mesma coisa. Até aí, a Caixa já estava sendo usada para "engolir" negócios "podres", com alto nível de inadimplência, ou empréstimos que nunca seriam pagos, de bancos que quebraram. Beneficiando os futuros "compradores". Mas, o pior, é que essa operação virou norma: a Caixa Econômica Federal passou a comprar permanentemente esses ativos "podres" – inclusive de grandes bancos que são lucrativos, aumentando seus lucros e ficando com os prejuízos... E tem mais: a partir de julho

BP1 - 2c.p65 49 27/11/03, 10:43

de 1996, a CEF passou a "comprar" não apenas os empréstimos concedidos dentro do Sistema Financeiro da Habitação, o antigo BNH, do qual é agente responsável. Não. Até empréstimos concedidos pelos bancos, em seus negócios normais – a chamada carteira hipotecária –, foram transferidos para a Caixa, transformada, assim, em imensa lixeira dos negócios "podres", capazes de provocar prejuízos para os bancos privados...

Enganosamente, a equipe econômica e porta-vozes neoliberais freqüentemente dizem que a inadimplência dos contratos de venda de imóveis é uma "prova" da ineficiência de instituições oficiais como a CEF, que não sabe "selecionar os clientes". Hipocritamente, fingem não saber que a CEF engoliu dezenas de bilhões de reais em contratos "podres" de outros bancos...

E o Banespa?

Antes mesmo do BB, o Banespa já havia sido vítima de manobras para considerá-lo "quebrado". Poucos dias antes da posse do governador Mário Covas, em seu primeiro mandato, no final de 1994, o Banco Central decretou a intervenção no banco paulista, alegando que o estado havia deixado de pagar uma parcela de um acordo de refinanciamento da dívida, firmado com o governo federal. No entanto, segundo a defesa de um ex-governador paulista, em juízo, o atraso era inferior a dez dias – e as regras do acordo de financiamento previam que qualquer punição somente poderia ser adotada após 30 dias de atraso.

No caso do Banespa, ainda, houve um aspecto nunca explicado suficientemente à opinião pública. Afirmava-se que o banco tinha um "rombo", que estava "quebrado", insinuando-se que seria uma situação igual à do Nacional, do Econômico e de outros bancos particulares que quebraram.

Na verdade, no caso desses bancos privados, as dívidas eram superiores aos créditos que os bancos tinham – inclusive a receber. Havia um "rombo", sim. No caso do Banespa, a situação era outra: o dinheiro do banco não havia "evaporado", sumido, deixando um "rombo". Havia, o que não foi satisfatoriamente expli-

BP1 - 2c.p65 50 27/11/03, 10:43

cado, um grande devedor, que não estava pagando suas dívidas: o governo do estado. O Banespa nunca quebrou. Quem estava "quebrado" era o governo do estado. Os créditos a receber existiam. O dinheiro existia. Mas a equipe de FHC construiu uma imagem de "quebra" para o Banespa, para abrir caminho para a privatização.

BP1 - 2c.p65 51 27/11/03, 10:43

Petróleo, um escândalo escandaloso

A Petrobrás descobriu na bacia de Campos uma jazida submarina de petróleo responsável por poços capazes de produzir, cada um, o volume fantástico de 10 mil barris por dia. O campo de Marlim, como é chamado, produz hoje 240 mil barris de petróleo por dia, ou 20% de toda a produção nacional. Para chegar a esses resultados fantásticos, a Petrobrás já gastou a quantia também fabulosa de 2,6 bilhões de dólares. Agora, a estatal deseja investir mais dinheiro no campo, para chegar à produção local de 500 mil barris / dia. Serão mais 2,3 bilhões de reais, totalizando, portanto, 4,9 bilhões de reais ou, arredondados, 5 bilhões de reais, aplicados em Marlim. No entanto, depois que a Petrobrás, isto é, o povo brasileiro, que é seu verdadeiro dono, caminha para gastar 5 bi-

BP1 - 3c.p65 53 27/11/03, 10:44

lhões de reais na região, o governo FHC ordenou que a estatal convide grupos privados para participar dos "gastos" no projeto – e, é claro, também dos lucros bilionários que eles proporcionarão. Quanto os sacrificados "sócios" vão precisar desembolsar? A cifra espantosamente baixa de 140 milhões de reais. Se forem mesmo 20 "sócios", como previsto, cada um aplicará 7 milhões – e ficará sócio de um projeto que terá custado 5 bilhões de reais à sociedade brasileira. Um negócio escandalosamente escandaloso. Qual o argumento do governo para adotar essa fórmula? Segundo o BNDES, em seu boletim *Informe BNDES* de fevereiro último, o governo cortou o orçamento da Petrobrás em 1 bilhão de reais em 1999 e, para não prejudicar "as metas de aumento da produção de petróleo", era "necessário que parte dos investimentos inicialmente previstos com recursos da própria Petrobrás fosse realizado pela iniciativa privada"... Atenção: o fato de os "acionistas" desembolsarem apenas 140 milhões de reais para participar do projeto não significa que eles terão uma participação pequena, proporcional ao seu investimento, nos lucros de Marlim. Não. Eles terão praticamente 30% ou um terço dos lucros. Por quê? Como assim? O BNDES formou uma espécie de empresa, chamada Sociedade de Propósito Especial, com um capital de 200 milhões de reais, dos quais 140 milhões dos tais "sócios" e 60 milhões do próprio BNDES. Essa empresa foi criada apenas para pedir um empréstimo especial, no exterior, de 1,3 bilhão de reais, para ser aplicado no campo de Marlim. Quer dizer: os "sócios" foram chamados somente para tomar dinheiro emprestado – que a própria Petrobrás conseguiria facilmente no exterior. E com esse dinheiro emprestado vão aplicar 1,3 bilhão de reais, mais os 140 milhões de seu "capital" – isto é, o total de 1,44 bilhão, equivalente a menos de um terço dos gastos de 5 bilhões de reais – e ter, portanto, direito àquela participação de 30% nos lucros. Uma calamidade. A fórmula escolhida para o campo de Marlim, com sócios "paraquedistas" engolindo lucros de bilhões que seriam da nação, é apenas uma das operações que o governo vem realizando para privatizar a Petrobrás de forma silenciosa, sem reação da opinião pública.

BP1 - 3c.p65 54 27/11/03, 10:44

Promessa de FHC

O governo FHC fez uma promessa para conseguir que o Congresso Nacional aprovasse a nova lei que acabou com o monopólio estatal na exploração do petróleo, em 1997. Assegurou que a Petrobrás não seria privatizada; assim, outras empresas poderiam procurar e explorar petróleo, bem como participar de todas as atividades do setor (refino, distribuição etc.) como concorrentes, mantendo-se a existência da estatal. Graças a manobras dos deputados e senadores governistas, no entanto, foi aprovado um substitutivo ao projeto original que, segundo críticas feitas pelos oposicionistas na época, abriu as portas para a privatização silenciosa da Petrobrás. Como? A nova lei permitiu que todo e qualquer setor de atividades da Petrobrás possa ser "roubado" da empresa e vendido a grupos privados. Por exemplo: o governo pode criar uma empresa "nova" somente para ser dona das refinarias da Petrobrás, ficando portanto com o setor de refino. E, em seguida, vender a empresa. A mesma coisa poderia ser feita – nova empresa e venda – para a exploração de gás. Ou para os oleodutos e gasodutos. Ou para a própria exploração de petróleo. Em resumo: no final de algum tempo, todas as atividades da Petrobrás já não existiriam. Ela seria uma empresa existente apenas no papel. Uma empresa "casca de ovo", como dizem os especialistas.

Os temores dos críticos, como a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, estão sendo confirmados com o "esvaziamento" da Petrobrás – sem que opinião pública perceba:

• DISTRIBUIÇÃO – nessa área, já não havia monopólio, isto é, empresas privadas como a Shell participam da venda ao consumidor há décadas. Ainda assim, o ministro das Minas e Energia anunciou recentemente que o governo "talvez" venda parte dos postos da Petrobrás. Motivo? A Petrobrás Distribuidora é responsável por um terço do abastecimento de combustíveis do país, posição que conquistou, frise-se, apesar da concorrência. Isso, diz o governo, seria um "exagero". No mundo todo há fusões gigantescas nessa área, ganhando manchetes. E justamente um ministro de um governo que defende uma política de concentração de empre-

BP1 - 3c.p65 55 27/11/03, 10:44

sas, financiando certos grupos, vem com a justificativa contraditória de vender parte da Petrobrás Distribuidora para "evitar" seu gigantismo...

• REFINARIAS – o presidente da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, também anunciou que "talvez" a Petrobrás venda algumas de suas refinarias...

Ainda, acredite-se...

Com base na nova lei, o governo FHC já providenciou "parcerias" para a Petrobrás, isto é, sócios estrangeiros e nacionais que passarão a investir, junto com a empresa estatal, em pesquisa e exploração de campos de petróleo.

E, para completar, o governo FHC também "tomou" da Petrobrás áreas em que ela havia descoberto petróleo, ou indícios de petróleo, para entregá-las a empresas nacionais ou multinacionais, por meio de licitações (concorrências). Parece incrível, mas é verdade: com base na nova lei, a Petrobrás foi obrigada a entregar todos os estudos e relatórios de pesquisas que ela fez sobre as possíveis jazidas de petróleo no Brasil. Estudos e pesquisas de décadas, que custaram dezenas e dezenas de bilhões de reais à Petrobrás, isto é, ao povo brasileiro. E que foram entregues à Agência Nacional de Petróleo de graça, com um único objetivo: serem vendidos às empresas interessadas em participar das concorrências. O preço cobrado pela Agência? De novo, parece incrível: apenas 300 mil reais por todo o "pacote" de pesquisas que custaram bilhões de reais ao Brasil. Isso mesmo, 300 mil reais. E tem mais: as empresas que quiserem comprar os estudos relativos apenas a uma região do país poderão pagar uns 20 mil, 30 mil reais, qualquer trocadinho por eles. Um assalto, literalmente, contra os contribuintes e cidadãos brasileiros, que pagaram as pesquisas da Petrobrás ao longo de décadas.

Detalhe final, que retrata o comportamento do governo FHC e seus aliados no Congresso: há empresas multinacionais que também estudaram o subsolo brasileiro, na década de 1970, como participantes dos contratos de risco do governo Geisel. A nova lei

BP1 - 3c.p65 56 27/11/03, 10:44

não previu que elas deveriam entregar esses estudos à Agência Nacional de Petróleo. Só a Petrobrás.

Golpe final

O governo abriu licitações para a exploração de petróleo em várias áreas do país. As empresas interessadas devem fazer um "lance", uma proposta inicial. Qual foi o lance? Quantos milhões? Quantos bilhões? Ora, por quem sois. As empresas ofereceram de 50 mil a 150 mil reais pelo petróleo que o governo FHC está leiloando. O Brasil vai se vender por 50 mil reais.

Perguntinha

Se o governo diz que a Petrobrás precisa de mais dinheiro para acelerar as pesquisas, por que não aumenta o seu capital, vendendo ações a toda a população – seguindo o exemplo da Inglaterra de Thatcher, ou da Itália, ou da França? Por que chama meia dúzia de grupos privilegiados para serem sócios em projetos bilionários em que toda a sociedade investiu?

Não verás país nenhum

Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de "privatização" da Cemig, empresa de energia de Minas Gerais, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou "autorizado" a – leia-se "recebeu ordens para" – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros. Reviravolta histórica – e inconcebível. Criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional, o banco estatal se concentrou inicialmente no financiamento a projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Para cumprir esse papel, o BNDES estava proibido por lei de financiar empresas estrangeiras. O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 escancarou os cofres do BNDES às

BP1 - 3c.p65 57 27/11/03, 10:44

multinacionais, para que comprassem estatais. Isso ao mesmo tempo que o banco continuava proibido de conceder empréstimos exatamente às estatais brasileiras, incumbidas dos setores de infra-estrutura e básicos. Na quarta-feira seguinte, um grupo norte-americano comprou um bloco de um terço das ações da Cemig por 2 bilhões de reais, com metade desse valor financiado pelo BNDES. Pois é.

A submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse "arrombamento" do BNDES pelas multinacionais. Mas essa submissão estava presente no processo de privatizações há muito tempo – sempre com imensos prejuízos aos interesses do país. Exemplos:

• ENERGIA ELÉTRICA – às vésperas do leilão da Light, o governo brasileiro cedeu a uma série de pressões dos "compradores" em potencial. Coube a Elena Landau, diretora de desestatização do BNDES, e posteriormente diretora de um banco estrangeiro, anunciá-las na linguagem complicada de sempre, para evitar que a opinião pública se apercebesse da gravidade das decisões.

a) Tarifas – enquanto dizia que as tarifas seriam reduzidas para beneficiar o consumidor, o governo já havia concordado em reajustá-las todos os anos, de acordo com a inflação medida pelo IGP-DI (isto é, o governo concedeu reajustes automáticos, indexou). Prazo previsto para essa indexação durar: cinco anos. Prazo anunciado por Elena Landau: oito anos. Mais três anos de reajuste automático.

b) Tecnologia – foi concedida "liberdade" para os compradores adotarem a tecnologia que bem entendessem. Em bom português, o que isso significava realmente? Tecnologia é sinônimo de equipamento. Então, o que o governo deu foi liberdade para a Light e outros futuros "compradores" adotarem tecnologia de suas matrizes, fornecida, é óbvio, pelas fábricas de seus países de origem. Essa concessão trouxe a conseqüência previsível: as empresas "privatizadas" passaram a importar maciçamente equipamentos, peças, componentes. "Quebraram" a indústria nacional. E "torraram" dólares, contribuindo para a crise futura do real.

BP1 - 3c.p65 58 27/11/03, 10:44

c) Endividamento – outra "liberdade" concedida aos compradores: decidirem livremente os meios de financiar seus investimentos futuros, isto é, desapareceu a exigência de que as multinacionais trouxessem capital próprio para aplicar no país. Elas puderam recorrer a empréstimos no mercado mundial, aumentando o endividamento e o pagamento de juros pelo Brasil. Outro fator de derrocada do real.

d) Passa-moleque – finalmente, a senhora Elena Landau foi incumbida de noticiar, também, que o governo havia abandonado o modelo que sempre divulgara para a privatização das empresas de energia. Até então, assegurava-se – inclusive ao Congresso Nacional – que o governo participaria ativamente da gestão da administração das empresas privatizadas. A reviravolta: o governo desistia de ser co-gestor, para concentrar-se no papel de fiscalizador do setor. Autonomia total para as multinacionais agirem de acordo com seus interesses. E de seus países.

e) Quem manda no país – com as privatizações, o governo poderia até extinguir o Ministério da Energia, pois ele perdeu qualquer função. Como assim? Também inacreditavelmente, toda a política energética do Brasil passou a ser decidida por uma espécie de "condomínio", como diz o governo, formado pelas empresas de energia agora privatizadas, ou "operadoras"... Seu nome? Operador do Sistema Nacional – OSN. Um "condomínio" que, ao contrário do que os brasileiros pensam, não ficou responsável apenas pelo sistema de transmissão de energia, e do qual a opinião pública veio a tomar conhecimento por causa do "apagão" de março de 1999. Seus poderes são totais: o "condomínio" de operadoras substituiu o governo e passou a decidir onde, quando e como devem ser construídas usinas, quais as regiões prioritárias etc. O problema de tarifas e qualidade de serviços ficou com a Agência de Energia Elétrica, do governo. O resto, com a OSN, das operadoras. Para que Ministério? O governo não manda mais nada mesmo. Nem governa mais.

BP1 - 3c.p65 59 27/11/03, 10:44

Aberrações maiores estavam por vir após essas mudanças todas. Poucos brasileiros se deram conta, ou poucos brasileiros acreditam que isso tenha sido realmente possível, mas o fato é que o governo abriu mão, deixou de opinar sobre a administração até mesmo de empresas em que ele continuou a possuir a maioria das ações com direito a voto... Empresas ditas "privatizadas", mas que ainda eram do governo. Como isso foi possível? Com a mera criação de um "acordo de acionistas", pelo qual o "comprador", mesmo minoritário, passa a ser reconhecido como o administrador. O "proprietário". Foi assim com a Cemig, da qual um grupo norte-americano, financiado pelo BNDES, participou da compra de apenas um terço das ações com direito a voto... E foi assim com a própria Light: após o leilão, o governo (Eletrobrás) continuou com 28,8% das ações e o BNDES com 9,14%; isto é, o governo ficou com 37,94%, enquanto as "compradoras" arremataram apenas 34,4% das ações. À frente destas estava a francesa EDF, que detém apenas 11,4% das ações e, a partir daquela data, passou a mandar e agir como "dona da Light".

• DIVIDENDOS, SANGRIA – ao conceder tantas vantagens ao capital estrangeiro, o governo sabia que estava encaminhando o país para um terreno minado. Também na época da privatização da Light, outro diretor do BNDES, Luiz Crysóstomo, admitia que a abertura aos "compradores estrangeiros" apresentava riscos futuros de "torra" de dólares. Segundo Crysóstomo, com a "liberdade" concedida, os "compradores" poderiam tomar empréstimos em bancos de seus países, em valor "equivalente a 85% a 90%" dos desembolsos que enfrentariam, a juros de 12% ao ano, para aplicar no Brasil, exigindo um retorno de 15% a 20%, acima dos 12%. Isso significaria remessas brutais de juros e de dividendos (participação dos "compradores" nos lucros), sobretudo, dizia Crysóstomo, a partir de 1998 e 1999 – quando começariam a vencer os primeiros empréstimos concedidos aos "compradores" das estatais. Em outras palavras: os financiamentos externos ampliaram a dívida

BP1 - 3c.p65 60 27/11/03, 10:44

e a "torra" de dólares. E, do ponto de vista do consumidor, obviamente a redução de tarifas tornou-se um sonho mais distante, já que todos os juros e dividendos exigidos pelos "compradores" devem sair do faturamento das "privatizadas". Os incríveis "acordos de acionistas" facilitaram a criação e a manutenção de todas essas distorções, com a ausência do governo na gestão das empresas.

Sem estratégia

Na privatização das teles houve o mesmo tipo de guinada, com o abandono da política anunciada – na qual a sociedade e o Congresso haviam acreditado:

• CONTROLE ESTRANGEIRO – inicialmente, previa-se que ele não seria permitido. Às vésperas dos leilões ficou o dito pelo não dito.

• EMBRATEL – sempre houve preocupação com a privatização da Embratel, como empresa responsável, com seus satélites, pelas transmissões a longa distância, isto é, pelas comunicações do país com o resto do mundo. O próprio governo admitia tratar-se de uma empresa estratégica, e que, sob comando privado, poderia, inclusive, colocar em risco a capacidade de concorrência de empresas usuárias (daí a reação violenta de outras emissoras de TV quando houve a perspectiva, depois frustada, de a Rede Globo "comprar" a Embratel). Para abrandar as críticas, o governo acenou com uma saída: criaria ações especiais (*golden shares*) que lhe dariam poder de veto sobre decisões da empresa privatizada. Às vésperas do leilão, publicado o edital, até essa promessa foi abandonada. E um consórcio de empresas dos Estados Unidos comprou a Embratel.

• TECNOLOGIA – o governo chegou a anunciar que as "compradoras" das teles teriam de usar forçosamente 35% de peças e componentes comprados no país, de produtores locais. Depois, reduziu essa proposta para 20%. Mais tarde, para indecentes 5%. Finalmente, às vésperas do leilão, o governo curvou-se às exigências dos compradores e eliminou qualquer obrigatoriedade. Para enganar, anunciou com estardalhaço que financiaria os fabricantes nacionais, para dar-lhes condições de competir com

BP1 - 3c.p65 61 27/11/03, 10:44

os concorrentes estrangeiros. Nem isso restou: o BNDES concederá os financiamentos diretamente às empresas telefônicas, que poderão continuar a importar. A falta total de encomendas aos fabricantes nacionais provocou intensa reação no começo do segundo trimestre de 1999, levando o governo a anunciar que reestudaria a questão. Enquanto isso, a "torra" de dólares com importações, a quebra de empresas nacionais e a destruição de empregos continuam. Em tempo: segundo dados compilados pelo economista Luciano Coutinho, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), nos Estados Unidos as importações pelas empresas de telecomunicações não passam dos 40% de peças e componentes. Na Suécia, 96% dos equipamentos são produzidos no país. Há países que defendem seus interesses, seus empregos, sua população. Não, o governo brasileiro não age assim.

BP1 - 3c.p65 62 27/11/03, 10:44

O preço de um patrimônio

Principais privatizações federais e estaduais

(Preços pela cotação do dólar no dia da venda*)

Telesp	4,96 bilhões
Vale do Rio Doce	3,13 bilhões
Telesp Celular	3,07 bilhões
CPFL (energia, São Paulo)	3,01 bilhões
Tele Norte Leste	2,94 bilhões
Light (Rio de Janeiro, distribuidora)	2,35 bilhões
Embratel	2,27 bilhões
Usiminas	1,94 bilhão
Eletropaulo Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia, Bahia)	1,60 bilhão
CEEE (energia, Rio Grande do Sul)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEEE-Centro Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia, Minas Gerais)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudeste	** 870 milhões
Telemig Celular	750 milhões
Cachoeira Dourada (energia, Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CRT (tele, Rio Grande do Sul)	660 milhões
Tele Nordeste Celular	660 milhões
Cosern (energia, RN)	600 milhões
Açominas	600 milhões
Cosipa	590 milhões
CERJ (energia, interior Rio de Janeiro)	590 milhões
Enersul	570 milhões
Energipe (energia, Sergipe)	520 milhões
Acesita (siderurgia)	460 milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 milhões
CEG	430 milhões
Tele Leste Celular	430 milhões
Escelsa (energia, Espírito Santo)	430 milhões
Cemat (energia, Mato Grosso)	350 milhões
Banerj	330 milhões
Rede Ferroviária-Centro Leste	** 320 milhões
PQU (petroquímica)	290 milhões
Metrô RJ	260 milhões
Copene (petroquímica)	270 milhões
Porto de Santos-Terminal	251 milhões
Banco Meridional	240 milhões
Petroflex	230 milhões
Rede Ferroviária-Sul	** 210 milhões
Ultrafértil	205 milhões
Embraer (indústria aeronáutica)	190 milhões
Fosfértil	180 milhões
Salgema (petroquímica)	140 milhões

(*) Os preços acima se referem não apenas aos valores apurados nos leilões, mas incluem também eventuais cifras apuradas com as "vendas de sobras".
(**) Os preços divulgados para as ferrovias privatizadas são fictícios: houve apenas uma entrada de 10% a 15% (só para a malha Sudeste o percentual chegou a 30%); o valor restante será pago em 30 anos, sem correção para o saldo devedor, isto é, com atualizações apenas das prestações, trimestrais.
Fonte dos dados brutos: BNDES.

BP1 - 4c.p65 63 27/11/03, 10:44

A parte de cada um

1. Resultado de vendas/compradores

(Privatizações federais até 31 / 12 / 1998;
exclui teecomunicações – em bilhões de dólares)

Comprador	Valor	Peso
Empresas nacionais	8,42	43%
Investidores estrangeiros	3,12	16%
Setor financeiro	2,85	15%
Pessoas físicas	2,91	14%
Fundos de pensão	2,28	12%
Total	19,61	--

2. Resultado de venda por setores

(Privatizações federais até 31 / 12 / 1998;
exclui telecomunicações – em bilhões de dólares)

Setor	Valor	Peso
Siderúrgico	5,56	28%
Elétrico	3,90	20%
Mineração	3,30	17%
Petroquímico	2,69	14%
Ferroviário	1,69	9%
Decreto 1.068	1,04	5%
Fertilizantes	0,41	2%
Portuário	0,40	2%
Financeiro	0,24	1%
Outros	0,34	2%
Total	19,6	--

3 – O peso das "moedas podres"

(Privatizações federais até 31 / 12 / 1998;
exclui telecomunicações – em bilhões de dólares)

Tipo	Valor	Peso
Moeda corrente	10,59	54%
Dívidas securitizadas	4,26	22%
Debêntures Siderbrás	1,49	7%
Certificados de Privatização	1,29	7%
Títulos da Dívida Agrária	0,81	4%
Outros	1,14	6%
Total	19,61	--

BP1 - 4c.p65 64 27/11/03, 10:44

Como as privatizações aumentaram a dívida e o "rombo" do governo

(As contas verdadeiras do processo,até dezembro de 1998)

1. O governo diz:

As vendas das estatais arrecadaram 68,7 bilhões de reais, e o governo ainda livrou-se de 16,5 bilhões de dívidas que as empresas tinham. No total, seriam 85,2 bilhões de reais de saldo:

1) Dinheiro das vendas (em bilhões de reais):

Privatizações do governo federal:	
a) Telecomunicações	26,6 bi
b) Outras	19,6 bi
Total governo federal	46,2 bi
Privatizações dos Estados:	
a) Total	22,5 bi
Total União e Estados	68,7 bi

2) Dívidas transferidas aos "compradores" das Estatais:

a) Dívidas de estatais federais:	
Telecomunicações	2,1 bi
Outras	9,2 bi
Total da dívidas das estatais federais	11,3 bi
b) Dívidas das estatais estaduais:	
Total	5,2 bi
Total de dívidas da União e Estados (a + b):	16,5 bi

3) RESULTADO QUE O GOVERNO ANUNCIA:
Vendas mais dívidas transferidas (1 + 2): 85,2 bi

BP1 - 4c.p65 65 27/11/03, 10:44

2. Mas o governo esconde:

Houve vendas de longo prazo, a serem pagas em prestações, isto é, o dinheiro não entrou no caixa do governo, mas o seu valor total já foi incluído, enganosamente, nos resultados divulgados pelo governo. Houve ainda dívidas das empresas privatizadas, e que foram "engolidas" pelo Tesouro e deveriam ser pagas pelos "compradores". E mais outras despesas que o governo esconde: investimentos antes das privatizações; demissões em massa antes das privatizações; dividendos que o governo deixou de receber, e por aí afora.

A) Vendas a prazo, com valores enganosamente incluídos nos resultados que o governo anuncia. Sua soma: 14,8 bilhões de reais (Prestações que não entraram no caixa – em bilhões de reais).

Empresa	Parcela	Valor	Prazo	Juros	Correção monetária
Telebrás	30%	6,6 bi	Um ano	12% aa	IGP-DI
Telebrás	30%	6,6 bi	Um ano	12% aa	IGP-DI
RFF	85%	1,2 bi	30 anos	10/12% aa	Não tem (*)
Fepasa – SP	90%	0,2 bi	30 anos	10% aa	Não tem (*)
Tecon / Santos	60%	0,2 bi	25 anos	10% aa	Não tem (*)
TOTAL		14,8 bi			

(*) por incrível que pareça: há correção apenas para as prestações, a cada trimestre, e não sobre todo o saldo devedor.

B) Dívidas das estatais privatizadas, que deveriam ser pagas pelos compradores e que o governo assumiu, "engoliu" (em bilhões de reais).

Empresa	Ano	Valor	Anos	Quanto o governo perdeu, a juros de 15% ao ano?
Açominas	1993	0,4 bi	5 ½	0,3 bi
Cosipa	1993	1,6 bi	5 ½	1,3 bi
CSN	1993	1,0 bi	6	0,9 bi
Petroquímicas	1992	3,0 bi	7	3,1 bi
RFF	1997	3,8 bi	2	1,2 bi
Fepasa – SP	1997	3,0 bi	2	0,9 bi
Banerj	1997	3,3 bi	2	1,0 bi
TOTAL		16,1 bi		8,7 bi

C) Investimentos que o governo fez antes de vender as estatais, e que não entram no cálculo do preço de venda (em bilhões de reais)

Empresa	Ano	Valor	Anos	Quanto o governo perdeu, a juros de 15% ao ano?
Açominas	1992-95	4,7 bi	3 ½	2,4 bi
CSN	1992-95	2,8 bi	3 ½	1,5 bi
Telebrás (*)	1996-98	2 1,0 bi	2 ½	5,0 bi
Totais		28,5 bi		8,9 bi
TOTAL:		:	Investimentos	mais juros: 37,4 bi

(*) Investimentos de 7,5 bi em 1996, 8,5 bi em 1997 e 5 bi em no primeiro semestre 1998, ou nada menos de 21 bilhões de reais em 30 meses.

BP1 - 4c.p65 66 27/11/03, 10:45

D) “Moedas podres”: nada menos de 95% do valor das estatais, em vários leilões, foram pagos com títulos desvalorizados, isto é, não entrou dinheiro no caixa do governo. Até 1997, quase a metade (45%).

	Total do Valor	Moedas “podres”	Quanto	BNDES emprestou?	Prazo
1991-1997	19,6 bi	8,9 bi	45%	nd	até 12 anos

Atenção: Entre as empresas cujo valor foi pago com 95% ou mais de moedas “podres” nos leilões: Companhia Siderúrgica Nacional, 96%; Cosipa, 99,6%; Usiminas, petroquímicas, Siderúrgica de Tubarão, Embraer e Banco Meridional, 100%.

E) Governo deixou dinheiro em caixa para os compradores (valor em reais):

Telesp	1,0 bi
Vale do Rio Doce	0,7 bi
Total	1,7 bi

F) Governo demitiu milhares de funcionários antes de leiloar as estatais, pagando indenizações e direitos trabalhistas que caberiam aos “compradores”; assumiu, também, os encargos de aposentados e fundos de pensão.

F1) Demissões:

Empresa	Funcionários existentes	Demissões antes de privatizar	Valor
Banerj	12.000	5.800	nd
Fepasa – SP	nd	10.000	nd
Tecon – Santos	6.000	2.300	nd
Centro-Leste	11.000	3.000	nd
Centro-Oeste	nd	2.600	nd
Malha Sudeste	7.700	1.100	nd

F2) Aposentados, fundos de pensão:

	Func. existentes	Valor
Fepasa (aposentados)	50.000	nd
Banerj (fundo)	nd	3,3 bi

G) Perdas na arrecadação do Imposto de Renda, porque os compradores podem usar os prejuízos velhos (acumulados antes da privatização) para reduzir seus próprios lucros e o imposto.
Valor estimado: incalculável.

H) Lucros das antigas estatais, que o governo deixa de receber todos os anos e que estavam crescendo violentamente graças aos aumentos de tarifas e preços, depois de anos de achatamento.
Valor estimado: incalculável.

I) Prejuízos com os empréstimos que o governo vem concedendo aos “compradores” das estatais para que eles comprem as empresas e depois realizem os projetos de investimentos: a diferença entre os juros baixíssimos (subsidiados) desses empréstimos e os juros que o governo paga sobre sua dívida são outros prejuízos “invisíveis”.
Valor estimado: incalculável.

BP1 - 4c.p65 67 27/11/03, 10:45

Relembrando essas contas escondidas:

A) Vendas de estatais a prazo	14,8 bi
B) Dívidas que o governo "engoliu"	16,1 bi
C) Juros de 15% sobre dívidas "engolidas"	8,7 bi
D) Investimentos feitos antes de cada privatização	28,5 bi
E) Juros sobre esses investimentos	8,9 bi
F) "Moedas podres" usadas	8,9 bi
G) Dinheiro que o governo deixou aos "compradores"	1,7 bi
H) Demissões que o governo fez para livrar os "compradores" de pagamento de indenizações e direitos trabalhistas	incalculável
I) Compromissos com fundos de pensão e aposentados que o governo "engoliu"	incalculável
J) Perdas no Imposto de Renda	incalculável
K) Lucros das antigas estatais que o governo deixou de receber	incalculável
L) Prejuízos com os empréstimos (juros subsidiados concedidos aos "compradores")	incalculável

TOTAL: (soma de A a G)	87,6 bi

Em resumo, em resumo

O governo diz que arrecadou 85,2 bilhões de reais com as privatizações. Mas contas "escondidas" mostram que há um valor maior, de 87,6 bilhões de reais, a ser descontado daquela "entrada de caixa". E note-se: esse levantamento é apenas parcial, faltando ainda calcular itens importantes, mencionados acima, como gastos com demissões, perdas de Imposto de Renda, perda dos lucros das estatais privatizadas etc. Por isso mesmo, deixam de ser levados em conta nos cálculos os "juros" sobre o dinheiro, em moeda corrente, efetivamente recebidos pelo governo. O balanço geral mostra que o Brasil "torrou" suas estatais, e não houve redução alguma na dívida interna, até o final do ano passado. Seguem-se as contas finais desse balanço:

O balanço das privatizações

a) O que o governo diz:
Dinheiro arrecadado + dívidas transferidas ..... 85,2 bi

b) As contas que o governo esconde:
Dinheiro que não entrou ou saiu dos cofres do governo .... 87,6 bi

BP1 - 4c.p65 68 27/11/03, 10:45

Acionistas do capital ordinário	anterior	posterior

Acrinor

Petroquisa	35,0%	--
Rhodia	35,0%	48,0%
Copene	26,0%	48,0%
Inigel	4,0%	4,0%

Coperbo

Petroquisa	23,1%	--
Copene	15,4%	20,5%
Petroflex	53,6%	71,5%
Gov. Estado PE	5,2%	5,2%

Politeno

Petroquisa	30,0%	--
Conepar	20,0%	35,0%
Suzano	20,0%	35,0%
Sumitomo	20,0%	20,0%
Itochu	10,0%	10,0%

Embraer

União	95,2%	20,0%
Banco do Brasil Investimento	4,7%	4,7%
Empregados	--	10,0%
Reserva para público	--	10,0%
Bozano Simonsen Limited	--	16,1%
Sistel	--	9,8%
Previ	--	9,8%
Outras 18 entidades de Previdência	--	9,9%
Banval CCTVM	--	2,0%

Escelsa (Energia do Espírito Santo)

Eletrobrás	72,3%	14,7%
Iven S.A	20,1%	45,1%
Estado do Espírito Santo	3,4%	3,4%
GTD Participações S.A	--	25,0%
Reserva para empregados	--	7,7%

Copene (capital total)

Petroquisa	36,2%	5,6%
Norquisa	25,7%	36,4%

CPC

Petroquisa	33,3%	--
EPB	33,3%	66,7%
Mitisubishi Chemical	19,0%	19,0%
Nisso Iwai	14,3%	14,3%

Salgema

Petroquisa	23,2%	--
Copene	40,3%	50,0%
EPB	36,5%	50,0%

BP1 - 5c.p65 73 27/11/03, 10:46

Acionistas do capital ordinário	anterior	posterior

CQR (capital total)

Salgema	49,0%	49,0%
Petroquisa	36,9%	--
Apply	--	36,9%
Outros	14,1%	14,1%

Nitrocarbono (capital total)

Petroquisa	24,6%	--
Petroquímica da Bahia	17,5%	19,8%
Pronor	57,9%	80,2%

Pronor (capital total)

Petroquisa	49,3%	--
Petroquímica da Bahia	50,0%	99,3%

CBP (capital total)

Petroquisa	23,7%	--
Pronor	73,6%	73,6%
Atrium DTVM	--	23,7%

Polipropileno

Petroquisa	42,9%	--
Cia. Suzano	30,0%	72,9%
Cevekol	27,2%	27,2%

Koppol

Petroquisa	49,6%	--
SB Poliolefinas	49,6%	49,6%
Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.	0,0%	49,6%

Light

Eletrobrás	81,6%	28,8%
Outros	18,4%	10,8%
EDF Internacional	--	11,4%
Houston Industries	--	11,4%
AES Coral Reef	--	11,4%
BNDESPAR	--	9,1%
Siderúrgica Nacional	--	7,3%
Reserva para empregados	--	10,0%

Deten

Petroquisa	35,4%	28,4%
Una	28,3%	35,3%
Unipar	35,3%	35,3%
Outros	1,0%	1,0%

BP1 - 5c.p65 74 27/11/03, 10:46